



ANA PATRÍCIA DO ROSÁRIO PEREIRA

# **O INCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE CRÉDITO AO CONSUMO PELO CONSUMIDOR**

Dissertação com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Ciências Jurídicas Empresariais.

ORIENTAÇÃO

Professor Doutor Jorge Morais Carvalho, Professor da Faculdade de Direito da  
Universidade Nova de Lisboa

Junho 2015

ANA PATRÍCIA DO ROSÁRIO PEREIRA

# **O INCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE CRÉDITO AO CONSUMO PELO CONSUMIDOR**

ORIENTAÇÃO

Professor Doutor Jorge Morais Carvalho, Professor da Faculdade de Direito da  
Universidade Nova de Lisboa

Junho 2015

## **DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO**

Ao abrigo do art. 20.º-A do Regulamento do Segundo Ciclo de Estudos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, declaro por minha honra que o texto aqui apresentado é de minha autoria e que todas as contribuições de outros autores estão devidamente assinaladas e referenciadas.

*À minha avó Luz, a estrela mais  
brilhante no meu céu.*

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão deste trabalho acadêmico não teria sido possível não fosse o enorme apoio que recebi de amigos, colegas e familiares. A todos o meu profundo agradecimento pelo vosso interesse, compreensão e motivação.

Em especial, agradeço ao Professor Jorge Morais Carvalho pela sua disponibilidade na orientação deste estudo, pela partilha de conhecimentos e demais contributos.

Dirijo igualmente um sentido agradecimento ao Dr. Pedro Teixeira da Costa pela confiança que em mim depositou, pela disponibilidade e interesse que demonstrou neste trabalho, pela exigência de rigor e pelos seus valiosos contributos para a investigação.

E finalmente à Soraia Cardoso, colega que me acompanha desde o início do meu percurso académico, a minha eterna gratidão pelo seu apoio incansável e pela amizade incondicional.

A todos deixo os meus sinceros agradecimentos!

## **MODO DE CITAR E OUTRAS CONVENÇÕES**

- I. Nas notas de rodapé, as monografias são citadas de modo abreviado apenas se fazendo referência ao autor, ao título e à(s) página(s) respectivas da obra. As referências completas constam na bibliografia com os demais elementos de identificação.
- II. Os artigos são, também, citados de modo abreviado, fazendo referência apenas ao autor, título do artigo ou parte do livro de forma reduzida e página(s). A referência completa à revista ou livro, número, edição e ano constam da bibliografia.
- III. Os Acórdãos mencionam-se, ao longo do texto, de forma sucinta, referindo-se apenas o tribunal a data e número do processo judicial. O local da sua publicação e o relator e são referidos na lista de jurisprudência.
- IV. As abreviaturas, somente utilizadas nas notas de rodapé, estão identificadas por ordem alfabética na Lista de Abreviaturas que se segue.
- V. As notas de rodapé pretendem convidar o leitor a um diálogo que fica para além do texto, nomeadamente para aprofundar temas e sustentar afirmações.
- VI. Expressões em latim ou em língua estrangeira serão apresentadas em *itálico*.

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

|                         |                                   |
|-------------------------|-----------------------------------|
| Al./als.                | Alínea/alíneas                    |
| Art./art. <sup>os</sup> | Artigo/artigos                    |
| Cfr.                    | Conforme                          |
| Ed.                     | Edição                            |
| Nº/n <sup>os</sup>      | Número/números                    |
| P./pp.                  | Página/páginas                    |
| Ss                      | Seguintes                         |
| UE                      | União Europeia                    |
| <i>Vide</i>             | Ver                               |
| <i>V.g.</i>             | <i>Verbi gratia</i> – por exemplo |
| Vol.                    | Volume                            |

## **RESUMO**

A relação jurídica de consumo, que opõe consumidor e financiador, e a consequente desigualdade de posicionamento contratual entre as partes, tem vindo a impelir o legislador a aprovar regulamentação mais rígida no que concerne à temática da concessão de crédito para aquisição de bens ou serviços de consumo.

Neste sentido, foi o aprovado o Decreto-Lei 359/91, entretanto revogado pelo Decreto-Lei 133/2009, que veio regular o regime do contrato de crédito ao consumo no Ordenamento Jurídico português. Por intermédio deste contrato, o financiador coloca à disposição do consumidor uma determinada quantia de dinheiro, que este deverá restituir, acrescido da respectiva remuneração (juros remuneratórios) e outros encargos, segundo um plano prestacional de restituição convencionado pelas partes, considerando-se este em mora se incumprir essa estipulação.

Perante o inadimplemento, o credor, não obstante poder optar por aguardar o cumprimento do devedor, poderá promover a perda de benefício do prazo ou a resolução do vínculo contratual. À partida dir-se-ia que se, de uma forma ou de outra, o financiador impuser um encurtamento forçado do prazo de duração contratual inicialmente convencionado, perderia o direito à remuneração pela disponibilização de capital acordada, mas não efectivada. Não obstante, ao contrário do que se verifica na actualidade, o anterior regime permitia às partes dispor em sentido diverso, sendo-lhes lícito a estipulação de pagamento de juros remuneratórios sobre prestações vincendas.



Por outro lado, no contrato de crédito ao consumo o princípio da liberdade contratual das partes encontra-se fortemente mitigado, tanto pela legislação especial, que impede a renúncia de direitos pelo consumidor, como pelo regime das cláusulas contratuais gerais, que restringe a liberdade do financiador de estipular livremente o conteúdo contratual e do consumidor de o negociar.

Por estas razões, associadas à crescente necessidade de recurso a crédito para satisfação das respectivas necessidades de consumo, se confirma a pertinência da intervenção legislativa na defesa do consumidor no âmbito da contratação de crédito.

**Palavras-Chave:** Incumprimento do contrato de crédito ao consumo, juros remuneratórios de prestações vincendas

## ABSTRACT

Consumer relations, established between the *Consumer* and the *Creditor*, which carry a consequent inequality of contractual positioning between the parties, have been pushing the legislator to adopt more rigid regulations with regard to lending for the purchase of goods or services of consum issues.

In this sense, the Decree-Law 359/91 was approved, meanwhile repealed by the Decree-Law 133/2009, which regulates the consumer credit agreement's regime in the portuguese legal system. Through this contract, the financier makes available to the consumer a certain amount of money, which the consumer must repay, plus the respective remuneration (interest) and other charges, according to a refund plan agreed by the parties. The consumer will be in delay if he breaches this stipulation.

In case of default, the creditor, notwithstanding, can choose to wait for the performance by the debtor, promote the loss of benefit of the term or the termination of the contract. From the outset it would seem that, in one way or another, the financier, by imposing a forced shortening of the contract duration initially agreed, will lose the right to remuneration for the provision of capital agreed, but not verified. Nevertheless, unlike presently, the previous regime allowed the parties to rule otherwise, being permitted to agree to the payment of interest of outstanding installments.

On the other hand, in the consumer credit contract the principle of freedom of contractual provision of the parties is strongly mitigated by the special legislation, which

prevents the waiver of rights by the consumer, and by the regime of general contractual terms, which restricts the freedom of the financier to stipulate the contractual content freely and the freedom of the consumer to negotiate.

For all these reasons, associated with the growing need of credit resource to satisfy their needs of consumption, it is confirm the relevance of legislative intervention on consumers protection in the context of hiring credit.

**Keywords:** breach of consumer credit agreement, interest of outstanding installments

## INTRODUÇÃO

O Direito do Consumo é uma área relativamente recente que tem vindo a registar um significativo desenvolvimento nas últimas décadas acompanhando o aumento crescente do número de agentes e operações de transacção comercial.

A relação jurídica de consumo, que se desenvolve entre o consumidor e o financiador, acarreta uma desigualdade contratual entre as partes, presumindo-se a fragilidade do primeiro em relação ao segundo. Esta clivagem de posicionamento contratual tem suscitado a preocupação do legislador, nacional e europeu, que tem aumentando substancialmente a intervenção legislativa no que concerne às temáticas do consumo com o intuito de esbater esta desproporção.

Concretamente no que respeita ao contrato de crédito ao consumo, o Decreto-Lei 359/91 introduziu no Ordenamento Jurídico português o primeiro regime regulador deste tipo de contratos de financiamento, tendo sido mais tarde substituído pelo actualmente vigente Decreto-Lei 133/2009. Por intermédio deste tipo de convenção o financiador coloca à disposição do consumidor uma determinada quantia de dinheiro, que este fica adstrito a restituir com acréscimo da remuneração (juros remuneratórios) e outros encargos, segundo um plano prestacional de restituição acordado entre as partes. Neste sentido, o consumidor considerar-se-á em mora quando, e se, incumprir essa estipulação abstendo-se de efectuar o pagamento de uma ou mais prestações acordadas.

O presente trabalho visa explorar precisamente as consequências que podem advir deste incumprimento do contrato de crédito ao consumo por parte do consumidor. Nesta medida, perante o inadimplemento do devedor, o credor poderá optar por aguardar o respectivo cumprimento, promover a perda de benefício do prazo ou pugnar pela resolução do contrato. Por razões que se prendem meramente com o interesse académico optámos por centrar a nossa investigação nas duas últimas possibilidades de actuação do financiador, esclarecendo sobre os respectivos requisitos de admissibilidade e consequências.

Por outro lado, analisamos também o princípio da autonomia privada e da liberdade contratual das partes e a sua compatibilização com o regime do contrato de crédito ao consumo, designadamente a eventual mitigação destes face às limitações consagradas na legislação especial de consumo e no regime das cláusulas contratuais gerais.

Finalmente, analisamos comparativamente os requisitos e consequências do regime do incumprimento contratual pelo consumidor e as do uso da prerrogativa de cumprimento antecipado, avaliando criticamente a aparente disparidade de benefícios e desvantagens que daí advêm.

O presente trabalho encontra-se dividido em seis capítulos.

No capítulo inicial, efectuamos uma primeira abordagem à temática do direito do consumo e do contrato de crédito ao consumo, esclarecendo sobre os primórdios da respectiva regulamentação, o conceito de consumidor, seguindo com a indicação e qualificação das diversas modalidades contratuais, a forma que o contrato de crédito deve

assumir e, por fim, esclarecemos a coligação que se estabelece entre este e o contrato originário de compra e venda ou de prestação de serviços associado.

Em seguida, no segundo capítulo, exploramos a temática da remuneração do contrato de crédito ao consumo, que corresponde, geralmente, aos juros e a legitimidade da respectiva capitalização por entidades bancárias e financeiras assente na exclusão da sua actividade do princípio geral de proibição de anatocismo.

No capítulo III entramos concretamente no incumprimento contratual do crédito ao consumo pelo consumidor, explorando duas das posições que o credor pode assumir perante o incumprimento: a promoção da perda de benefício do prazo em relação às prestações vincendas e a resolução contratual. Neste sentido, contrapomos as regras do anterior regime do Decreto-Lei 359/91 e do actual Decreto-Lei 133/2009, salientando e analisando as diferenças entre ambos, designadamente no que concerne à possibilidade de exigência de juros remuneratórios relativos às prestações vincendas.

No quarto capítulo analisamos o princípio da autonomia privada e da liberdade de estipulação do conteúdo contratual das partes e o respectivo relacionamento e compatibilização com o regime do contrato de crédito ao consumo e o regime das cláusulas contratuais gerais, o que se torna pertinente face à massificação da utilização dos contratos de adesão enquanto expediente de celebração de contratos de crédito ao consumo.

No capítulo V, analisamos as consequências do incumprimento contratual do consumidor em contraposição com a possibilidade de antecipação de cumprimento por parte deste, avaliando criticamente as disparidades entre ambas as situações.

Por último, no capítulo VI, apresentamos uma conclusão que consubstancia uma síntese do resultado da investigação realizada e análise dos resultados obtidos, oferecendo contributos que, segundo nos parece, poderiam permitir um aperfeiçoamento do regime actualmente vigente.

# **O INCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE CRÉDITO AO CONSUMO PELO CONSUMIDOR**

## **CAPÍTULO I**

### **CONTRATO DE CRÉDITO AO CONSUMO**

#### **1.1. DIREITO DO CONSUMO**

O consumo, enquanto actividade humana, é uma realidade antropológica recentemente analisada nas sociedades de mercadoria<sup>1</sup> e dela emergem relações, transacções e conflitos que o Direito acolheu e tem vindo a regular de forma especial, atentas as características particulares e diversas do fenómeno sobre que incide.

O direito do consumo, por decorrência, é também relativamente recente, tendo registado crescente importância nas últimas décadas devido ao aumento das transacções e meios de consumo, e, conseqüentemente, da necessidade de regulação dessa actividade e tutela dos consumidores.

Assente na premissa de que a relação de consumo que se estabelece entre o consumidor e o credor não é equilibrada, pressupondo-se a vulnerabilidade do primeiro em relação ao segundo, torna-se cada vez mais pertinente o desenvolvimento e

---

<sup>1</sup> Por contravalor das sociedades de dádiva, cfr. Alice Duarte, “A Antropologia e o estudo do consumo: revisão crítica das suas relações e possibilidades”, 2010



aprofundamento de mecanismos aptos a obstar a essa clivagem, promovendo um equilíbrio jurídico entre as partes.

Por um lado, é constatável a existência de um desequilíbrio económico, especialmente perceptível no âmbito da contratação de crédito ao consumo, sendo que, à partida, o profissional (que concede o crédito) tem um poder económico superior, podendo aproveitar-se dessa posição para impor condições injustas e/ou abusivas ao consumidor.

Por outro lado, existe um desequilíbrio técnico na medida em que o profissional tem, na larga maioria dos casos, um conhecimento muito superior ao consumidor sobre o bem ou o serviço em causa, daí sobrevindo risco de utilização desequilibrada desse domínio em seu favor.

Numa outra perspectiva, o particular desenvolvimento do direito ao consumo visa também a protecção do mercado. Ao promover a tutela do consumidor nas suas contratações de consumo, a legislação de consumo estimula e almeja, igualmente, a confiança nos mercados, o que se traduzirá num aumento do consumo de uma forma sustentada e, colateralmente, no desenvolvimento da economia.

## **1.2. PRIMÓRDIOS DA REGULAMENTAÇÃO DO CRÉDITO AO CONSUMO**

No que respeita ao contrato de crédito de consumo em particular, a crise e conjuntura socioeconómica que o país regista na actualidade e o consequente decréscimo de poder económico dos consumidores têm consubstanciado factores determinantes no

recurso a este tipo de contratação, impelindo o consumidor a solicitar crédito para que possa satisfazer as suas necessidades de consumo. Pelo crescente proliferamento e implicações que este tipo de contratação implica, revela-se da maior pertinência explorar e aprofundar o regime do contrato de crédito ao consumo, tendo em conta a relevância que esta figura assume, hoje, na vida dos consumidores em geral.

Desde cedo, a União Europeia demonstrou afincada preocupação com a defesa efectiva do consumidor e a salvaguarda dos seus direitos, nomeadamente no âmbito da contratação de crédito ao consumo. Assente nesse intuito, a União tem vindo, desde cedo, a assumir uma posição activa na promoção de uma harmonização das várias legislações dos diferentes Estados-Membros, procurando evitar a verificação de distorções de concorrência entre mutuantes europeus no seio do mercado comum, cada vez mais transfronteiriço.

Neste sentido, seguindo uma política de defesa e de informação do consumidor, o organismo europeu aprovou a primeira directiva europeia sobre crédito ao consumo, a Directiva 87/102/CEE, de 22 de Dezembro de 1986, com o intuito de garantir a protecção do consumidor europeu, enquanto contraente mais frágil, contra a estipulação de condições de crédito abusivas.

Prosseguindo nesta senda, mais tarde, a União Europeia aprovou a Directiva 90/88/CEE, de 22 de Fevereiro de 1990, onde, intensificando a sua intenção de harmonização e promoção da protecção do consumidor, definiu a instauração, em toda a

Comunidade, de um único método de cálculo da taxa anual de encargos efectiva global (TAEG), mecanismo que permite determinar o custo total do crédito, se pontualmente cumprido até ao final.

O Estado português transpôs estas Directivas para o Ordenamento Jurídico nacional mediante a aprovação do Decreto-Lei 359/91, de 21 de Setembro, que consagrou legalmente o primeiro regime jurídico português regulador do crédito ao consumo<sup>2</sup>.

Decorridos alguns anos de vigência das mencionadas Directivas, a União Europeia concluiu que os esforços empregues na demanda de harmonização legislativa europeia não estavam a lograr a efectividade pretendida, pelo que decidiu reforçar a sua intervenção na matéria, aprovando a Directiva 2008/48/CE, de 23 de Abril, a qual aprofundou a regulamentação dos contratos de crédito aos consumidores.

Do dispositivo da mencionada Directiva ressalta o entendimento comunitário de que a *“harmonização plena é necessária para garantir que todos os consumidores da Comunidade beneficiem de um nível elevado e equivalente de defesa dos seus interesses e para instituir um verdadeiro mercado interno”*<sup>3</sup>.

Esta directiva veio limitar ainda mais a liberdade de intervenção legislativa dos Estados Membros em matérias relacionadas com o consumo e o consumidor, impondo o acolhimento das regras harmonizadas nos respectivos ordenamentos jurídicos.

---

<sup>2</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 248

<sup>3</sup> Directiva 2008/48/CE, art. 9º

No caso português, a transposição desta directiva para o Ordenamento Jurídico interno foi efectivada pela aprovação do Decreto-Lei 133/2009, de 2 de Junho, que veio revogar o antigo regime previsto no Decreto-Lei 359/91, de 21 de Setembro, e que reproduziu no seu conteúdo, quase literalmente, as disposições europeias.

### **1.3. CONCEITO DE CONSUMIDOR**

Conforme se referiu, o regime do crédito ao consumo encontra-se regulado no Ordenamento Jurídico interno pelo Decreto-Lei 133/2009, de 2 Junho<sup>4</sup>.

Desde logo, para definir a incidência desta legislação especial, importa saber o que pode ser qualificado como relação de consumo para efeitos de aplicação deste diploma, definindo o conceito de consumidor no contrato de crédito ao consumo.

A Constituição da República Portuguesa consagra no seu artigo 60º os direitos dos consumidores. Não obstante, o preceito não é esclarecedor quando à concretização deste conceito subjectivo, isto é, sobre quem pode ser considerado consumidor.

Na legislação de consumo deparamo-nos com várias definições de consumidor, sendo a mais relevante a constante da Lei de Defesa do Consumidor<sup>5</sup> que o define como *“todo aquele a quem sejam fornecidos bens, prestados serviços ou transmitidos*

---

<sup>4</sup> Rectificado pela Declaração de rectificação n.º 55/2009, de 31 de Julho, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 72-A/2010, de 18 de Julho e Decreto-Lei 42-A/2013, de 28 de Março

<sup>5</sup> Lei n.º 24/96, de 31 de Julho, rectificada pela Declaração de rectificação n.º 16/96, de 13 de Novembro, e alterada pela Lei 85/98, de 16 de Dezembro, pelo Decreto-Lei 67/2003, de 8 de Abril, pela Lei 10/2013, de 28 de Janeiro e pela Lei 47/2014, de 28 de Julho.

*quaisquer direitos, destinados a uso não profissional, por pessoa que exerça com carácter profissional uma actividade económica que vise a obtenção de benefícios”*<sup>6</sup>.

Este diploma acolhe os princípios gerais orientadores do direito do consumo, estipulando o regime supletivo aplicável quanto a aspetos não tratados por outros diplomas reguladores de matérias respeitantes aos direitos dos consumidores. Na esteira de Fernando Baptista de Oliveira “*onde, em qualquer diploma que rege determinada relação de consumo não vier adoptado o conceito restrito às pessoas singulares, ter-se-á que seguir o conceito amplo contido na LDC*”<sup>7</sup>. No mesmo sentido, Jorge Morais Carvalho: “*nos casos em que determinado diploma utiliza mas não define o conceito de consumidor, a tendência mais comum consiste em recorrer à definição da LDC*”<sup>8</sup>.

Procurando assim esclarecer o conceito de consumidor para o presente estudo, isto é, na relação jurídica de crédito ao consumo, deve-se procurar identificar os elementos que o caracterizam *qua tale*, tipicamente reconduzidos ao elemento subjectivo, objectivo, teleológico e relacional, requisitos que analisaremos de seguida.

### **1.3.1. ELEMENTO SUBJECTIVO**

No que concerne ao elemento subjectivo, está em causa a qualificação da parte que assume a posição passiva (mutuário) no âmbito do negócio jurídico inerente à concessão

---

<sup>6</sup> Lei de Defesa do Consumidor, art. 2º, nº 1

<sup>7</sup> Cfr. FERNANDO BAPTISTA DE OLIVEIRA, “O Conceito de Consumidor – Perspectivas Nacional e Comunitária”, 2009, p. 77

<sup>8</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 13

de crédito. Nos termos do Decreto-Lei 133/2009, para efeitos de contrato de crédito ao consumo, apenas poderá ser qualificado como consumidor uma pessoa singular<sup>9</sup>, consagrando, desta forma, um conceito de consumidor mais restrito relativamente ao conceito geral previsto na Lei de Defesa do Consumidor. Ensina esse diploma que consumidor é *“todo aquele a quem sejam fornecidos bens, prestados serviços ou transmitidos quaisquer direitos (...)”* (artigo 2º), não efectuando qualquer distinção entre pessoas singulares ou colectivas, pelo que se conclui que o seu âmbito de aplicação será mais abrangente incluindo as sociedades, associações, entre outras pessoas colectivas.

### **1.3.2. ELEMENTO OBJECTIVO**

O elemento objectivo neste regime específico restringe-se à celebração de contratos de crédito ao consumo, sendo esse o único objecto contratual admissível desta relação jurídica. Nos termos do Decreto-Lei 133/2009, o diploma só é aplicável *“aos contratos de crédito aos consumidores”*<sup>10</sup>, contratos pelos quais *“um credor concede ou promete conceder a um consumidor um crédito sob a forma de diferimento de pagamento, mútuo, utilização de cartão de crédito, ou qualquer outro acordo de financiamento semelhante”*<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Decreto-Lei 133/2009, art. 4º, nº 1, alínea a) *“Para efeitos da aplicação do presente decreto-lei, entende-se por: «Consumidor» a pessoa singular que, nos negócios jurídicos abrangidos pelo presente decreto-lei, actua com objectivos alheios à sua actividade comercial ou profissional”*

<sup>10</sup> Decreto-Lei 133/2009, art. 1, nº 2

<sup>11</sup> Decreto-Lei 133/2009, art. 4º, nº 1, al. c)

### 1.3.3. ELEMENTO TELEOLÓGICO

No que respeita ao elemento teleológico, este remete para a finalidade que o consumidor conferirá ao bem ou serviço que adquiriu ou pretende adquirir. Neste sentido, primeiramente, será pertinente frisar que, embora coligados, o contrato de crédito ao consumo e o contrato de compra e venda do bem ou de prestação de serviços que lhe está associado são independentes entre si. Não obstante, a verificação do elemento teleológico no que respeita ao contrato de crédito está dependente do uso a que o consumidor destinará o montante do crédito.

Nos termos do Decreto-Lei 133/2009, o adquirente do bem ou serviço deverá actuar “(...) *com objectivos alheios à sua actividade comercial ou profissional*”<sup>12</sup>, ou seja, deverá subverter a respectiva aquisição a uma utilização pessoal, isenta de interesses relacionados com lucro financeiro. Nestes termos, o consumidor será a pessoa singular que adquire ou promete adquirir bens ou serviços “*destinados a uso não profissional*”<sup>13</sup>, actuando com objectivos alheios à sua actividade comercial ou profissional.

Importa salientar que o conceito de “*uso não profissional*” não é equivalente à noção de “*destinatário final*” adoptado em algumas legislações de consumo de outros países<sup>1415</sup>. O conceito de “destinatário final”, entendido de acordo com a teoria

---

<sup>12</sup> Decreto-Lei 133/2009, art. 4º, nº 1, al. a)

<sup>13</sup> A Lei de Defesa do Consumidor, na sua versão anterior, adoptava a expressão “uso privado” em vez de “uso não profissional”. Não obstante, não se afigura que esta distinção tenha implicado uma alteração de regime cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 15

<sup>14</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo, 2013, p. 15

maximalista, compreende a subtracção do bem ou serviço do mercado de consumo, não relevando a finalidade ou uso posterior que lhes é atribuído, ou, por outro lado, de acordo com a teoria finalista, determina que a finalidade lucrativa inviabiliza a qualificação do adquirente como consumidor<sup>16</sup>. Em qualquer dos casos, é pacífico que este conceito não se coaduna com a opção legislativa da Lei de Defesa do Consumidor.

Não obstante, a interpretação deste elemento pode tornar-se algo turbulenta na eventualidade de utilização mista do bem ou serviço adquirido, ou seja, quando o adquirente destina a sua aquisição, simultaneamente, a uso profissional e a uso não profissional. A título de exemplo esta situação verificar-se-á quando um indivíduo adquira um *laptop* para utilização profissional no desempenho da profissão de engenheiro informático, mas, simultaneamente, também o utilize na sua vida pessoal para se entreter com jogos e filmes. Neste caso, a doutrina maioritária, que entendemos esclarecida, defende que deve prevalecer o critério do uso predominante dado ao bem na qualificação do adquirente enquanto consumidor<sup>17</sup>.

Por último, o financiamento será, por natureza, sempre prévio à aquisição, pelo que devem ser excluídos deste enquadramento os bens e serviços cobrados a *posteriori*. Por

---

<sup>15</sup> Assim por exemplo nos ordenamentos jurídicos angolano (Lei 15/03, de 22 de Julho, art. 3, nº 1), argentino (Ley 24.240, de Defensa del Consumidor, alterada pela Ley 26.361, art. 1º) e brasileiro (Código de Defesa do Consumidor, art. 2º)

<sup>16</sup> Cfr. CLÁUDIA LIMA MARQUES, “Contratos no Código de Defesa do Consumidor – O Novo Regime das Relações Contratuais”, 5.ª ed., 2006, pp. 302-393

<sup>17</sup> Neste sentido, JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 15 e FERNANDO BAPTISTA DE OLIVEIRA, “O Conceito de Consumidor – Perspectivas Nacional e Comunitária”, 2009, p. 88



esta razão não se enquadram nesta qualificação os contratos de “*prestação continuada de serviços ou de fornecimento de bens de um mesmo tipo em que o consumidor tenha o direito de efectuar o pagamento dos serviços ou dos bens à medida que são fornecidos*”<sup>18</sup>. A título de exemplo, não se pode considerar preenchido o elemento teleológico quando seja celebrado um contrato de crédito com o intuito de liquidar valores cobrados pela disponibilização mensal de serviços públicos essenciais, como o serviço de internet, ou o fornecimento de água, ou de utilização de espaço de ginásio, sendo que nos exemplos apresentados a função principal não é o financiamento, mas sim o pagamento de uma prestação de um contrato de prestação continuada<sup>19</sup>.

#### 1.3.4. ELEMENTO RELACIONAL

Finalmente, no que respeita ao elemento relacional, que remete para a qualidade em que actua a contraparte da relação jurídica, o financiador, este poderá ser uma pessoa singular ou colectiva, desde que conceda, ou prometa conceder, o crédito “(...) *no exercício da sua actividade comercial ou profissional*”<sup>20</sup>. Assim sendo, é imperativo que o credor exerça a actividade de financiamento com carácter profissional e que daí retire

---

<sup>18</sup> Decreto-Lei 133/2009, art. 4º, nº 2

<sup>19</sup> Na esteira de Inocêncio Galvão Telles, a distinção entre dívidas a prestações e dívidas periódicas (de prestação continuada) assenta no facto de as últimas consubstanciarem “*uma pluralidade de obrigações distintas, embora todas emergentes de um vínculo fundamental, que nascem sucessivamente, (...) e nas primeiras, pelo contrário, há uma só obrigação cujo objecto é dividido em fracções com vencimentos intervalados*”, INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, “Direito das Obrigações”, 7ª ed., 2010, p. 224

<sup>20</sup> Decreto-Lei 133/2009, art. 4, nº 1, al. b)

benefícios e lucros, não sendo indiferente que o crédito para a compra de um determinado bem seja concedido por uma entidade bancária ou que o mesmo se concretize mediante convenção de diferimento de pagamento com um familiar. No último exemplo, o elemento relacional não se encontra preenchido pelo que não será aplicável o regime especial do crédito ao consumo ao negócio jurídico celebrado entre as partes. Na esteira de Jorge Morais Carvalho “(...) *não se encontra abrangido pela definição (...) o contrato celebrado entre não profissionais (ou particulares) (...) uma vez que, se não estiver preenchido o elemento relacional, não estamos perante um consumidor*”<sup>21</sup>.

Por último, importa realçar que o profissional deve ser o mutuante do crédito, pelo que não podem ser qualificados como contratos de crédito ao consumo os contratos em que o profissional é o mutuário, designadamente nos contratos de depósito bancário<sup>22</sup>.

#### **1.4. CONCEITO DE CONTRATO DE CRÉDITO AO CONSUMO**

Detalhado o entendimento do conceito de consumidor, importa agora analisar o que se entende por contrato de crédito ao consumo.

O Decreto-Lei 133/2009 oferece uma definição bastante ampla do conceito de contrato de crédito ao consumo definindo-o como o “*contrato pelo qual um credor concede ou promete conceder a um consumidor um crédito sob a forma de diferimento de*

---

<sup>21</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p.16

<sup>22</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 249

*pagamento, mútuo, utilização de cartão de crédito, ou qualquer outro acordo de financiamento semelhante”*<sup>23</sup>.

Nas palavras de Carlos Mota Pinto, “*a obrigação ou direito de crédito, é o vínculo jurídico por virtude do qual uma pessoa fica adstrita, para com a outra, à realização de uma prestação*”<sup>24</sup>. Ou seja, para este autor, a obrigação do devedor corresponde ao objecto imediato da obrigação pelo que não compreenderá concretamente a entrega de uma coisa, mas antes a verificação da adopção de uma determinada conduta do consumidor, o cumprimento da prestação previamente acordada<sup>25</sup>.

Relevamos igualmente a importância do objecto mediato da obrigação do devedor, que remete para o montante concreto que este deve entregar periodicamente ao financiador.

O contrato de crédito ao consumo pode assumir diferentes exteriorizações no intuito de formalizar a cedência ou a promessa de crédito para aquisição de bens ou serviços de consumo. Atendendo à diversidade e complexidade das diversas modalidades existentes, importa empreender uma análise aprofundada e individual de cada uma delas, explicitando os respectivos requisitos de validade e especificidades.

---

<sup>23</sup> Decreto-Lei 133/2009, art. 4º, nº 1, al. c)

<sup>24</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, p. 119

<sup>25</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, pp. 335-336

### **1.4.1. DIFERIMENTO DE PAGAMENTO**

Historicamente, o diferimento de pagamento corresponde à primeira modalidade de concessão de crédito ao consumo conhecida. Diversamente do que se constata na actualidade, nos primórdios da prática comercial era usual o crédito ser concedido pelo vendedor do bem ou pelo prestador do serviço, directamente ao consumidor. O diferimento de crédito consistia na assunção pelo consumidor de uma obrigação de pagamento de um determinado preço, faseada ao longo de um designado lapso temporal, associada à venda de uma coisa ou prestação de um serviço, perante o vendedor do bem ou prestador do serviço<sup>26</sup>. Nestes termos, o que se estabelecia era uma relação jurídica de consumo bilateral, entre as duas partes, ficando o profissional onerado com o risco de incumprimento da obrigação de pagamento do preço pelo consumidor. É o chamado “vender fiado”.

Pela sua natureza, esta modalidade surge intimamente ligada à figura da venda a prestações, com ou sem reserva de propriedade, e da prestação de serviços a prestações<sup>27</sup>, figuras estas que devem entender-se como um único contrato misto, tendo em conta que apenas existe uma separação formal, mas não substancial, da dupla função do vendedor a prestações, que vende e ao mesmo tempo financia.

Com o passar dos anos, a evolução sócio-económica veio determinando uma transição da função de financiamento do vendedor, ou prestador, para as instituições

---

<sup>26</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 249

<sup>27</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, pp. 249-250

bancárias, que passaram a conceder crédito aos consumidores para aquisição de bens de consumo.

De início a intervenção dos bancos nesta matéria concretizou-se de forma indirecta. Assente na premissa que esta área acarretaria elevados riscos, inerentes à concessão do crédito, as entidades financiadoras exigiam, ao consumidor, a subscrição de letras ou livranças junto do vendedor, para que este, posteriormente, as pudesse descontar junto do banco. Com este procedimento as instituições conseguiam evitar que lhes fossem opostas, enquanto portadoras do título cambiário, as excepções relevantes das relações imediatas, isto é, as constituídas entre o vendedor e o consumidor<sup>28</sup>. Por outro lado, e tipicamente, no vencimento, o banco ficaria com dois devedores a quem poderia cobrar, o aceitante e o subscritor.

Só mais tarde, com a evolução das técnicas comerciais, a transferência do risco de incumprimento do consumidor transitou definitiva e exclusivamente do vendedor, ou prestador, para um terceiro financiador, passando este a intervir directamente no crédito ao consumo, ficando o consumidor adstrito à celebração de dois contratos com duas entidades, distintos, embora conexos entre si. Este incremento da intervenção das entidades financeiras no âmbito da concessão de crédito veio possibilitar um aumento significativo nas vendas dos fornecedores de bens e prestadores de serviços, alavancado pelo maior poder de compra do consumidor em virtude do financiamento e,

---

<sup>28</sup> Cfr. CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, “Os Direitos dos Consumidores”, 1982, p. 143

paralelamente, determinaram um acréscimo nos lucros do financiador, consequência da cobrança de juros do contrato.

Na actualidade, a grande maioria dos créditos são concedidos por instituições financeiras, muitas delas especializadas em crédito ao consumo, não obstante a constatação de subsistência de situações em que o crédito para aquisição de bens de consumo é concedido directamente pelo fornecedor do bem, ou prestador do serviço, ao consumidor, embora estas sejam cada vez mais raras<sup>29</sup>.

#### 1.4.2. MÚTUO

O contrato de crédito ao consumo pode também ser concretizado mediante a celebração de um contrato de mútuo, modalidade de contratação prevista e regulada nos artigos 1142º e seguintes do Código Civil. Nos termos desta legislação, o mútuo é um *“contrato pelo qual uma das partes empresta à outra dinheiro ou outra coisa fungível, ficando a segunda obrigada a restituir outro tanto do mesmo género e qualidade”*<sup>30</sup>.

Não obstante esta estatuição geral, se a celebração de contrato de mútuo se efectivar com o intuito de financiar a aquisição de bens ou serviços de consumo, a definição adoptada pelo legislador no Código Civil deverá ser interpretada restritivamente, apenas se admitindo os empréstimos realizados em dinheiro. Por um lado, é a própria letra e espírito da lei que apontam para a imperatividade de abrangência exclusiva de quantias

---

<sup>29</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 249

<sup>30</sup> Art. 1142º do Código Civil

monetárias no que respeita a esta modalidade de contratação<sup>31</sup>, por outro, por razões lógicas, qualquer adversidade a esta aceção seria controversa face às finalidades próprias da contratação de crédito ao consumo. O mútuo, enquanto modalidade de contrato de crédito ao consumo, é celebrado com o intuito único de providenciar financiamento ao consumidor que possibilite a aquisição de determinado bem ou serviço de consumo, cujo preço se encontra fixado em dinheiro e não em qualquer outra coisa fungível. Neste sentido, o mútuo de algo diverso de dinheiro, impossibilitaria o cumprimento da função essencial da concessão de crédito ao consumo que se encontra, inclusive, na origem da respectiva contratação, razão pela qual esta possibilidade deve ser afastada.

Por um lado, entende alguma doutrina, como Jorge Morais Carvalho e Fernando de Gravato Morais, que este contrato não pode ser qualificado como um contrato real *quoad constitutionem*, tendo em conta que a propriedade do bem não se transfere com a celebração<sup>32</sup>.

Por outro lado, existe também doutrina com posição contrária. Na esteira de Luís Menezes Leitão, “*o mútuo é claramente (...) um contrato real quoad constitutionem, exigindo a tradição das coisas mutuadas para a sua constituição (...)*” sendo que essa tradição “*(...) não tem, no entanto, que corresponder a uma entrega material das coisas mutuadas, podendo considerar-se suficiente que o mutuante atribua ao mutuário a*

---

<sup>31</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 250

<sup>32</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 250 e FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, p. 50

*disponibilidade jurídica das coisas mutuadas, como sucederá, por exemplo, se a soma for creditada na conta-corrente do mutuário*”<sup>33</sup>.

Não obstante esta divergência doutrinal, o Supremo Tribunal de Justiça já se pronunciou sobre a questão esclarecendo que a não entrega efectiva da importância mutuada ao consumidor, o que geralmente acontece nos contratos de crédito ao consumo, não colide com a eficácia real *quoad constitutionem* deste<sup>34</sup>. A circunstância de a entrega da quantia mutuada ser feita directamente ao vendedor do bem, ou prestador de serviço, corresponde ao cumprimento de um “(...) *mandato para pagamento ou, eventualmente, uma delegação de pagamento (delegatio solvendi) conferida pelo consumidor ao financiador (...)*”, pelo que “(...) *não afasta a natureza real do contrato de crédito ao consumo na modalidade de mútuo, tendo-se esse contrato por cumprido com a entrega da importância mutuada ao fornecedor do bem adquirido pelo devedor*”<sup>35</sup>. Pelo exposto deve concluir-se que o contrato de mútuo tem natureza real *quoad constitutionem*, assente na premissa de que a tradição do objecto mutuado não tem obrigatoriamente de ser material, bastando a tradição simbólica para conferir aquela eficácia ao contrato<sup>36</sup>.

Da análise do Decreto-Lei 133/2009, conclui-se que, no que respeita à celebração de contrato de mútuo com a finalidade de financiar a aquisição de bens ou serviços de

---

<sup>33</sup> Cfr. LUÍS MENEZES DE LEITÃO, “Direito das Obrigações”, Vol. III, 9ª ed, 2014, pp. 347-353

<sup>34</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 22 de Junho de 2005, proferido no âmbito do processo 1618/05

<sup>35</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 22 de Junho de 2005, proferido no âmbito do processo 1618/05

<sup>36</sup> Cfr. LUÍS MENEZES LEITÃO, “Direito das Obrigações”, Vol. III, 9ª ed., 2014, pp. 360-361



consumo, apenas podem ser considerados os mútuos onerosos<sup>37</sup>. Ao determinar a respectiva inaplicabilidade a contratos de crédito gratuitos<sup>38</sup>, o referido diploma, colateralmente, exclui a celebração de mútuos a título gratuito do elenco de modalidades de contratação de crédito ao consumo admitidas.

Na esteira de Menezes Leitão, *“se o mútuo se apresenta como um contrato real quoad constitutionem (...) é, naturalmente, um contrato unilateral, uma vez que a prestação do mutuante (a entrega das quantias mutuadas) não é objecto de uma obrigação mas antes um pressuposto necessário à constituição do contrato”*<sup>39</sup>. Neste sentido, para este autor, o mútuo apenas comporta obrigações para o mutuário, nomeadamente a restituição do capital e o acréscimo do pagamento de juros, em caso de mútuo oneroso.

Não obstante, o contrato de crédito ao consumo deve ser entendido como um contrato sinalagmático, que comporta obrigações mútuas, correspectivas, para ambas as partes, designadamente a obrigação de entrega do valor mutuado pelo mutuante, cuja propriedade se transfere para o mutuário<sup>40</sup>, e a correspectiva obrigação de restituição de outro tanto do mesmo género e qualidade do objecto mutuado acrescida do pagamento de juros correspondentes, caso o mútuo seja oneroso.

---

<sup>37</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 250

<sup>38</sup> Decreto-Lei 133/2009, art. 2º, nº 1, al. f) “*O presente decreto-lei não se aplica aos contratos de crédito em que o crédito seja concedido sem juros e outros encargos*”

<sup>39</sup> Cfr. LUÍS MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Vol. III, 9ª ed., 2014, pp. 355-356

<sup>40</sup> Nos termos do Código Civil, artigo 1144º “*As coisas mutuadas tornam-se propriedade do mutuário pelo facto da entrega*”

É neste sentido que se justifica a exclusão dos contratos de mútuo gratuitos do âmbito de modalidades de contratos de crédito ao consumo, pois nestes casos uma parte proporciona à outra uma vantagem patrimonial, mediante a concessão de crédito, sem receber qualquer contraprestação em troca, o pagamento de juros.

O mútuo para financiamento de compra de bens ou serviços de consumo pode ser concedido directamente pelo vendedor ou prestador respectivo ou por um terceiro que assume a função de financiador<sup>41</sup>.

No que respeita à primeira possibilidade, não obstante o desuso desta prerrogativa na actualidade, é possível que a identidade do mutuante coincida com o credor da venda do bem ou serviço financiado. Esta modalidade contratual consubstancia um instrumento bastante próximo da figura do diferimento de pagamento, embora dela se distinga porquanto no diferimento, formalmente é apenas celebrado um contrato entre as duas partes, e no mútuo são firmados dois contratos distintos, um para a compra e venda, ou prestação de serviços, e outro para o financiamento, embora continue a haver somente uma relação entre duas partes<sup>42</sup>.

Mais usual é a concessão de crédito realizada por instituição de crédito ou sociedade financeira, mediante a celebração do chamado contrato de mútuo financeiro ou bancário<sup>43</sup>. Este contrato, que tem como intuito essencial o financiamento da aquisição de um determinado bem ou serviço de consumo, corresponde a um mútuo de escopo ou de

---

<sup>41</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 250

<sup>42</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 250

<sup>43</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, p. 49

destinação, sendo essa a razão que justifica o facto de, geralmente, a quantia mutuada ser directamente entregue pelo financiador ao vendedor do bem ou prestador de serviço<sup>44</sup>.

O conceito de mútuo é bastante abrangente e inclui na sua qualificação determinadas modalidades de financiamento que, à partida, não se subsumiriam a esta tipologia contratual.

Desta forma, deve incluir-se na noção de mútuo a facilidade de descoberto concedida pela entidade financeira ao consumidor<sup>45</sup>, que consiste na permissão para que este possa “(...) *dispor de fundos que excedam o saldo da sua conta à ordem*”<sup>46</sup>. Ou seja, existe descoberto bancário quando o mutuário realiza saques não provisionados na sua conta bancária, que são admitidos, negociados ou consentidos pela instituição de crédito mutuante<sup>4748</sup>.

Por outro lado, deve igualmente considerar-se inclusa no conceito de mútuo a ultrapassagem de crédito, que corresponde, igualmente, a uma facilidade de descoberto,

---

<sup>44</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 250 e FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, pp. 49-50

<sup>45</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 251 e FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Crédito aos Consumidores”, 2007, p. 29

<sup>46</sup> Decreto-Lei 133/2009, art. 4º, nº 1, al. d) “*Para efeitos da aplicação do presente decreto-lei, entende-se por «Facilidade de descoberto» o contrato expreso pelo qual um credor permite a um consumidor dispor de fundos que excedam o saldo da sua conta de depósito à ordem*”

<sup>47</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, p. 53

<sup>48</sup> No mesmo sentido “O banco admite *ex contractu* que a conta corrente do cliente venha a apresentar um saldo negativo, abrindo-lhe um crédito a *descoberto (sem provisão)* até determinado *plafond*”, Cfr. JOÃO CALVÃO DA SILVA, “Direito Bancário”, 2001, p. 366

embora de aceitação tácita pelo credor<sup>49</sup> “(...) permitindo a um consumidor dispor de fundos que excedam o saldo da sua conta de depósito à ordem ou da facilidade de descoberto acordada”<sup>50</sup>.

Por último, pese embora não consubstanciem realidades coincidentes, o contrato de abertura de crédito deve igualmente ser incluído no conceito de mútuo, para efeitos de aplicação do regime do crédito ao consumo. Este contrato consubstancia a disponibilização, pelo creditante ao creditado, de determinada quantia em dinheiro para que este a possa utilizar no decorrer de certo lapso temporal, de acordo com as suas necessidades<sup>51</sup>. Pela sua estrutura, este contrato está mais focalizado para negócios em que existe um plano a curto-médio prazo de investimento necessário ao longo do tempo, pelo que não será usual a sua utilização para aquisição de bens ou serviços de consumo. Ainda assim, tratando-se de um “(...) tipo contratual com estrutura e função próximas do mútuo (...)”<sup>52</sup> e, não obstante, não estar directamente consagrada na legislação, (...) o conceito de mútuo deve ser interpretado em sentido amplo, de molde a integrar a abertura de crédito”<sup>53</sup>.

---

<sup>49</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 251

<sup>50</sup> Decreto-Lei 133/2009, art. 4º, nº 1, al. e) “Para efeitos da aplicação do presente decreto-lei, entende-se por «Ultrapassagem de crédito» descoberto aceite tacitamente pelo credor permitindo a um consumidor dispor de fundos que excedem o saldo da sua conta corrente ou da facilidade de descoberto acordada”

<sup>51</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, pp. 51-52

<sup>52</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 251

<sup>53</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, p. 51

### 1.4.3. CONTRATOS RELATIVOS À UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO

Os contratos relativos à utilização de cartão de crédito reflectem uma inovação portuguesa, introduzida na legislação de transposição da directiva europeia, pelo que consubstanciam uma forma de concessão de crédito não harmonizada no seio dos Estados Membros<sup>54</sup>.

Não obstante o facto de a lei se referir aos contratos relativos à “*utilização de cartão de crédito*”<sup>55</sup>, deve esclarecer-se que a expressão é pouco rigorosa, porque o que verdadeiramente releva são os contratos de emissão de cartão de crédito<sup>56</sup>.

Nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras<sup>57</sup>, “*só as instituições de crédito e as sociedades financeiras podem exercer, a título profissional*”<sup>58</sup> a actividade de “*emissão e gestão de meios de pagamento, tais como cartões de crédito, cheques de viagem e cartas de crédito*”<sup>5960</sup>. O cartão de crédito

---

<sup>54</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 252

<sup>55</sup> Decreto-Lei 133/2009, art. 4º, nº 1, al. c)

<sup>56</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 252

<sup>57</sup> Decreto-Lei 298/92, de 31 de Dezembro

<sup>58</sup> Decreto-Lei 298/92, art. 8º, nº 2

<sup>59</sup> Decreto-Lei 298/92, art. 4º, nº 1, al. d)

<sup>60</sup> O Aviso do Banco de Portugal nº 11/2001, de 20 de Novembro, no seu artigo 1º, al. a), dispõe que “*«Cartão de crédito» (é) qualquer instrumento de pagamento, para uso electrónico ou não, que seja emitido por uma instituição de crédito ou por uma sociedade financeira (...) que possibilite ao seu detentor (...) a utilização de crédito outorgado pela emitente, em especial para a aquisição de bens ou de serviços»*

emitido, por forma a poder consubstanciar uma modalidade de crédito ao consumo, deve ser passível de utilização posterior junto de profissional diverso do emitente<sup>61</sup>.

Não obstante, “*os cartões de crédito emitidos por fornecedores de bens ou prestadores de serviços, muito utilizados no âmbito de estratégias de promoção comercial, devem ser juridicamente qualificados ou pela referência à sua vertente de diferimento de pagamento ou como acordo de financiamento semelhante, não se suscitando duvidas acerca da aplicabilidade a estes do regime do crédito ao consumo*”<sup>62</sup>.

#### **1.4.4. QUALQUER OUTRO ACORDO DE FINANCIAMENTO SEMELHANTE**

Por último, deve ser aceite como contrato de crédito ao consumo qualquer acordo que tenha por finalidade a concessão de crédito ao consumo, com excepção da fiança<sup>63 64</sup>.

Neste sentido, importa destacar o contrato de locação financeira. A locação financeira, cujo regime jurídico se encontra previsto e regulado no Decreto-Lei 149/95,

---

<sup>61</sup> Nos termos do Decreto-Lei 166/95, de 15 de Julho, que aprova o regime jurídico da emissão e gestão de cartões de crédito, art. 1º, nº 2 “(...) *não se consideram cartões de crédito os cartões emitidos para pagamento de bens ou serviços fornecidos pela empresa emitente*”

<sup>62</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 252

<sup>63</sup> No termos do nº 2, do art. 627º, do Código Civil “*A obrigação do fiador é acessória da que recai sobre o principal devedor*”

<sup>64</sup> A fiança é uma garantia de cumprimento de uma obrigação principal, está dependente e subordinada a esta, pelo que não pode, isoladamente, ser constituída no intuito de financiar a aquisição de bens ou serviços, cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 253 e JOÃO CALVÃO DA SILVA, “Direito Bancário”, 2001, pp. 379-381

de 14 de Junho, consubstancia a celebração de um “(..) *contrato pelo qual uma das partes se obriga, mediante retribuição, a ceder à outra o gozo temporário de uma coisa (...)*”<sup>65</sup>.

Nestes termos, o intuito principal deste contrato, à partida, não será a aquisição do bem, mas somente o respectivo gozo temporário, o que não se coaduna com a concessão de crédito pelo que poderá ser discutível a aplicação do diploma regulador do crédito ao consumo a este contrato concreto<sup>66</sup>.

Neste seguimento, atento no disposto no artigo 2º, número 1, alínea d) do citado Decreto-Lei 133/2009, estão excluídos do respectivo âmbito de aplicação os “*contratos de locação de bens móveis de consumo duradouro que não prevejam o direito ou a obrigação de compra da coisa locada, seja no próprio contrato, seja em contrato separado*”<sup>67</sup>. Assim sendo, poderia entender-se que se o contrato de locação fosse omissivo quanto à possibilidade de aquisição do bem locado pelo locatário, o mesmo não poderia consubstanciar uma modalidade de contrato de crédito ao consumo.

---

<sup>65</sup> Decreto-Lei 149/95, art. 1º, 1ª parte

<sup>66</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 252 e RAQUEL TAVARES DOS REIS, “O contrato de locação financeira no direito português: elementos essenciais”, 2002, p. 132 que refere que “*em regra, o locatário financeiro deseja apenas obter a disponibilidade do bem, não querendo adquirir a propriedade do mesmo (pelo que) a aquisição do bem por parte do locatário financeiro não é automática com o pagamento da última renda ou com o termo do contrato, sendo necessária (...) uma declaração do locatário financeiro no sentido da aquisição (...)*”

<sup>67</sup> Cfr. RAQUEL TAVARES DOS REIS, “O contrato de locação financeira no direito português: elementos essenciais”, 2002, pp. 131-132: “*Pelo contrato de locação financeira, o locador financeiro obriga-se a vender o bem ao locatário financeiro, caso este o queira, findo o contrato (artigo 9º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei 149/95) ou, correlativamente, pelo prisma do locatário financeiro, este tem o direito de adquirir o bem locado, findo o contrato*”

Não obstante, importa referir que o Decreto-Lei 149/95 consagra legalmente o direito de aquisição do bem pelo locatário, não prevendo, contudo, qualquer obrigação de o fazer estabelecendo que “(...) o locatário poderá comprar (o bem), decorrido o período acordado, por um preço (...) determinado ou determinável (...)”<sup>68</sup>, pelo que deve entender-se que o legislador concedeu ao locatário este direito de aquisição independentemente de estipulação contratual expressa nesse sentido.

Pelo exposto, interpretando a citada norma do Decreto-Lei 133/2009<sup>69</sup> a *contrario*, deverá concluir-se que o contrato de locação financeira, ainda que não preveja expressamente o direito ou obrigação de compra do bem locado, deverá enquadrar-se na excepção à exclusão do referido artigo, estando, portanto, incluso no âmbito de aplicação desta legislação, e, conseqüentemente, deve ser considerado enquanto modalidade de celebração de contrato de crédito ao consumo<sup>70</sup>.

Na actualidade, constata-se que a modalidade mais comum de celebração de contrato de crédito ao consumo é o mútuo, particularmente o mútuo financeiro ou bancário, pelo que se justifica um maior enfoque, praticamente exclusivo, nesta modalidade de contrato na exposição apresentada, pelo maior interesse académico que suscita.

---

<sup>68</sup> Decreto-Lei 149/95, art. 1º, 2ª parte

<sup>69</sup> Decreto-Lei 133/2009, art. 2º, n. 1, al. d)

<sup>70</sup> Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito ao Consumo”, 2013, p. 253



### 1.5. COLIGAÇÃO DOS CONTRATOS

A celebração de contrato de crédito ao consumo, quer seja efectuada directamente junto do vendedor do bem ou prestador de serviço ou com entidade externa a essa relação, visa, exclusivamente, financiar a aquisição de bens ou serviços de consumo.

Na actualidade, constata-se que a situação mais usual é a concessão de crédito assegurada por um terceiro, um financiador, superando-se o anterior conceito de relação bilateral de consumo, dando esta lugar a uma relação tripartida. Nesta circunstância são celebrados dois contratos distintos, embora paralelos, o contrato de compra e venda do bem, ou contrato de prestação de serviços, e o contrato de crédito associado, o que determina a constituição de uma conexão entre ambos<sup>71</sup>. Porém, esta ligação que se estabelece não é inócua, antes determina o contágio recíproco de vicissitudes verificadas em qualquer um dos contratos, na mesma medida, no outro. Assim sendo, se por qualquer razão o contrato de crédito ao consumo for considerado inválido, essa invalidade irá estender-se ao contrato que esteve subjacente à cedência de crédito e vice-versa<sup>72</sup>.

Não obstante, a existência de contrato de crédito ao consumo, e a consequente coligação entre os contratos celebrados pelo consumidor, está dependente da existência

---

<sup>71</sup> Importa distinguir esta coligação contratual que se estabelece entre o contrato de crédito ao consumo e o contrato de compra e venda do bem ou contrato de prestação de serviço dos chamados “contratos mistos”. Nos primeiros mantém-se uma individualização dos contratos, nos segundos existe uma verdadeira fusão contratual, verificando-se a junção numa só convenção de elementos próprios de vários tipos contratuais, cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Manual de Direito Bancário”, 4ª ed., 2010, p. 417.

<sup>72</sup> Nos termos do nº 1 do art. 18º do Decreto-Lei 133/2009, “a invalidade ou a ineficácia do contrato de crédito coligado repercute-se, na mesma medida, no contrato de compra e venda” e do nº 2 “a invalidade ou a revogação do contrato de compra e venda repercute-se, na mesma medida, no contrato de crédito coligado”.

de uma ligação que indiscutivelmente determine essa conexão contratual. Nos termos do Decreto-Lei 133/2009, esta coligação verifica-se quando o crédito é concedido exclusivamente “(...) *para financiar o pagamento do preço do contrato de fornecimento de bens ou de prestação de serviços específicos*” e quando “*ambos os contratos constituírem objectivamente uma unidade económica (...)*”<sup>73</sup>. Esta unidade económica verificar-se-á se (a) o crédito for cedido pelo fornecedor ou prestador de serviços; (b) se, não obstante o financiamento ser concedido por terceiro, o credor recorra ao fornecedor do bem ou prestador do serviço para preparar ou celebrar o contrato a crédito, sendo que neste caso estes apresentam conjuntamente os dois contratos ao consumidor; e, por fim, (c) se o contrato de crédito remeter para o contrato originário, ou seja, se a finalidade da contratação estiver expressamente prevista no contrato de crédito. É pertinente esclarecer-se que estes requisitos não são taxativos, podendo ser considerados outros critérios que possibilitem a determinação da unidade económica entre os contratos.

Por último, importa referir que esta reciprocidade de vicissitudes contratuais apenas surte efeitos em questões relacionadas com a validade dos contratos, não se verificando o contágio de consequências na eventualidade de ocorrência de incumprimento, designadamente de incumprimento pelo consumidor.

---

<sup>73</sup> Decreto-Lei 133/2009, art. 4º, nº 1, al. o)

## **1.6. FORMA**

A validade e eficácia do contrato de crédito ao consumo está dependente da verificação de determinados requisitos formais vertidos no artigo 12º do Decreto-Lei 133/2009. Nos termos desta disposição, o contrato deve assumir a forma escrita, em papel ou outro suporte duradouro, de forma a permitir subseqüentes consultas futuras, e ser assinado pelas partes, e garantes, estando o credor obrigado à entrega de um exemplar do contrato ao consumidor no momento da celebração<sup>74</sup>.

A não verificação destas formalidades implica a invalidade do contrato. Não obstante, trata-se de invalidade atípica, na medida em que apenas pode ser arguida pelo consumidor, nos termos do número 5 do artigo 13º do Decreto-Lei 133/2009.

---

<sup>74</sup> Se o contrato for celebrado à distância, não obstante a lei ser omissa quanto a esta possibilidade, deve entender-se que a entrega de exemplar ao consumidor deve acontecer logo que seja possível após a celebração do contrato, cfr. JORGE MORAIS CARVALHO, “Manual de Direito do Consumo”, 2013, p. 273

## CAPÍTULO II

### REMUNERAÇÃO DO CONTRATO DE CRÉDITO AO CONSUMO

#### 2.1. JUROS

O regime geral do Código Civil, nos termos do artigo 1145º, prevê que “*as partes podem convencionar o pagamento de juros como retribuição do mútuo (...)*” e que este contrato “*(...) presume-se oneroso em caso de dúvida*”. Nestes termos, o Código Civil estabelece uma presunção de onerosidade do contrato de mútuo, que determina que esta, “*não sendo uma característica essencial, é uma característica natural do mútuo*”<sup>75</sup>. Assim sendo, na ausência de convenção em sentido contrário, quando é celebrado um contrato de mútuo “*o mutuário fica adstrito a restituir o tantundem, isto é, a coisa do mesmo género, quantidade e qualidade*” e “*a pagar a retribuição (...)*”<sup>76</sup> devida pelo mútuo.

Os juros, cujo regime geral se encontra previsto e regulado nos artigos 559º e seguintes do Código Civil, constituem, tipicamente, a forma de remuneração do contrato de mútuo de dinheiro, designadamente do mútuo financeiro e bancário, pelo que constituem o escopo essencial do desenvolvimento da actividade de concessão de crédito<sup>77</sup>.

---

<sup>75</sup> Cfr. LUÍS MENEZES LEITÃO, “Direito das Obrigações”, Vol. III, 9ª ed., 2014, pp. 353-354

<sup>76</sup> Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Manual de Direito Bancário”, 4ª ed., 2010, p. 626

<sup>77</sup> Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Manual de Direito Bancário”, 4ª ed., 2010, p. 627

Socorrendo-nos do artigo 212º do Código Civil, juridicamente os juros são de natureza fungível e qualificam-se como frutos civis<sup>78</sup>, correspondendo às “(...) *rendas ou interesses que a coisa produz em consequência de uma relação jurídica*”. Neste sentido, primeiramente, a obrigação de juros pressupõe a existência de uma obrigação de capital, que a determina em função da proporção do valor do capital, do lapso temporal em que se mantém a privação deste<sup>79</sup> e da taxa de remuneração estabelecida, em regra anual<sup>80</sup>.

Economicamente, o juro consubstancia a fonte de rendimento que o credor obtém pelo empréstimo, ou seja, é o rendimento do capital associado à cedência e disponibilidade da quantia mutuada<sup>82</sup>, pelo que se confirma que “*a obrigação de juros tem carácter acessório em relação à obrigação principal de restituição de capital*”<sup>83</sup>.

Não obstante esta dependência, as dívidas de capital e juros são distintas e independentes entre si, estando consagrado o princípio de autonomia no artigo 561º do Código Civil, que estipula que “(...) *o crédito de juros não fica necessariamente dependente do crédito principal, podendo qualquer deles ser cedido ou extinguir-se sem o outro*”. Nas palavras de Luís Menezes Leitão, a “*acessoriedade apenas existe no momento genético, já que, após a sua constituição, o crédito de juros não fica*

---

<sup>78</sup> Cfr. PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, “Código Civil Anotado”, Vol. I, 4ª ed., 2010, pp. 567-568

<sup>79</sup> Pelo que constituem uma prestação duradoura periódica, cfr. LUÍS MENEZES LEITÃO, “Direito das Obrigações”, Vol. I, 10ª ed., 2013, p. 144

<sup>80</sup> Cfr. PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, “Código Civil Anotado”, Vol. I, 4ª ed., 2010, pp. 567-568

<sup>81</sup> Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Manual de Direito Bancário”, 4ª ed., 2010, p. 627

<sup>82</sup> Cfr. LUÍS MENEZES LEITÃO, “Direito das Obrigações”, Vol. I, 10ª ed., 2013, p. 145

<sup>83</sup> Cfr. LUÍS MENEZES LEITÃO, “Direito das Obrigações”, Vol. III, 9ª ed., 2014, pp. 371-372

*necessariamente dependente do crédito de capital, podendo qualquer deles ser cedido ou extinguir-se sem o outro*”<sup>84</sup>.

Assente que está a função ou finalidade económica e social que desempenham ou assumem, importa agora esclarecer sobre as diversas classificações que os juros podem assumir conforme a finalidade específica para a qual são constituídos.

Primeiramente os juros podem ser remuneratórios quando pretendam consubstanciar uma retribuição pelo capital mutuado, ou seja, quando assumam o carácter de remuneração do financiador pela disponibilização da quantia mutuada, e consequente privação de capital, durante designado lapso temporal a que está sujeito em virtude de tal cedência previamente acordada entre as partes<sup>85</sup>.

Por outro lado, os juros podem também ser compensatórios se forem estipulados com o intuito de compensar financeiramente o credor por uma privação de capital inesperada decorrente de um atraso no cumprimento imputável ao devedor, e que, como tal, este não deveria ter suportado<sup>86</sup>, ou seja, quando pretendam “(...) *repor a degradação do capital devido* (...)”<sup>87</sup>.

---

<sup>84</sup> Cfr. LUÍS MENEZES LEITÃO, “Direito das Obrigações”, Vol. III, 9ª ed., 2014, p. 371

<sup>85</sup> Cfr. LUÍS MENEZES LEITÃO, “Direito das obrigações” Vol. I, 10ª ed., 2013, p. 146 e ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Manual de Direito Bancário”, 4ª ed., 2010, p. 633

<sup>86</sup> Cfr. LUÍS MENEZES LEITÃO, “Direito das obrigações” Vol. I, 10ª ed., 2013, p. 146

<sup>87</sup> Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Manual de Direito Bancário”, 4ª ed., 2010, p. 633

Podem paralelamente ser estipulados juros moratórios, quando visem ressarcir o credor, não pelo atraso na liquidação em si, mas pelos prejuízos verificados em consequência dessa mora do devedor na restituição do capital mutuado<sup>88</sup>.

Os juros podem também ser indemnizatórios, quando pretendam indemnizar o credor por danos sofridos, consequência da prática de um outro facto pelo devedor que não um atraso no cumprimento<sup>89</sup>.

Finalmente, a doutrina defende a existência de juros compulsórios quando sejam constituídos com a finalidade de incitar o devedor ao cumprimento da obrigação de pagamento<sup>90</sup>. Temos dificuldade em reconduzir este conceito à noção de juro preferindo entendê-lo, ao invés, como uma sanção<sup>91</sup>.

No que concerne à concessão de crédito efectivada por instituição de crédito ou sociedade financeira em particular, os juros são, *ab initio*, um elemento essencial e obrigatório associado à celebração de contrato de crédito ao consumo com qualquer entidade financiadora pelo que se torna pertinente avaliar a legitimidade de cobrança dos mesmos e respectivos requisitos de validade.

---

<sup>88</sup> Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Manual de Direito Bancário”, 4ª ed., 2010, p. 633 e LUÍS MENEZES LEITÃO, “Direito das obrigações” Vol. I, 10ª ed., 2013, p. 146

<sup>89</sup> Cfr. LUÍS MENEZES LEITÃO, “Direito das obrigações” Vol. I, 10ª ed., 2013, p. 146

<sup>90</sup> Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Manual de Direito Bancário”, 4ª ed., 2010, p. 633

<sup>91</sup> Tipicamente o critério utilizado no cálculo para aferição do valor do juro incide sobre o capital e/ou a relação do curso do tempo com este. Os juros compulsórios, ao invés, correspondem a um valor sancionatório, pré-fixado, por cada dia decorrido até que determinado acto e/ou comportamento seja praticado e/ou verificado, não apresentando qualquer relatividade com o montante de capital ou lapso temporal pelo que consubstanciam uma penalização ao devedor em mora e não uma remuneração de capital, característica inerente do juro

## 2.2. FIXAÇÃO DE TAXAS DE JURO

Actualmente, as instituições de crédito gozam de liberdade quase integral de estipulação das taxas de juros aplicáveis à realização de empréstimos, não havendo limites aos montantes fixados, de acordo com o Aviso 3/93 do Banco de Portugal, a entidade reguladora da actividade de financiamento de aquisições a crédito nacional<sup>92</sup>.

Não obstante, importa relembrar o conteúdo do artigo 1146º do Código Civil, que estabelece tectos máximos para a fixação de taxas de juros determinando como usuário o contrato de mútuo que exceda o limite legal da taxa de juro de 3% ou 5%, conforme exista ou não garantia real constituída<sup>93</sup>. Existindo estes limites estabelecidos pelo Código Civil, o instrumento de direito substantivo que regula as relações privadas no nosso Ordenamento Jurídico, será, no mínimo, controverso que a taxa de juro associada ao financiamento seja liberalizada por um mero aviso do Banco de Portugal. Pese embora este contra-senso, a doutrina e jurisprudência têm sido unânimes na consideração da inaplicabilidade do artigo 1146º à actividade das instituições de crédito.

Não obstante o *supra* mencionado, encontram-se consagradas algumas excepções à referida liberalização, registando-se a existência de algumas situações concretas em que o legislador estabeleceu limites à fixação das taxas de juro aplicáveis.

---

<sup>92</sup> Nos termos do nº 2 do Aviso do Banco de Portugal 3/93, de 20 de Maio, “*são livremente estabelecidas pelas instituições de crédito e sociedades financeiras as taxas de juro das suas operações, salvo nos casos em que sejam fixadas por diploma legal*”

<sup>93</sup> E, neste sentido, são também considerados usurários e, por isso censurados, os juros aí aplicados, nos termos do art. 559º-A do Código Civil



O contrato de crédito ao consumo corresponde exactamente a uma dessas excepções estando os respectivos limites previstos no artigo 28º do Decreto-Lei 133/2009. Nestes termos é *“havido como usurário o contrato de crédito cuja TAEG, no momento da celebração do contrato, exceda em um quarto a TAEG média praticada pelas instituições de crédito aos consumidores”*. Por outro lado, a taxa de juros será também usurária, ainda que não atinja aquele limite, se ultrapassar *“em 50% a TAEG média dos contratos de crédito aos consumidores celebrados no trimestre anterior”*.

Assim sendo, a fixação da taxa de juro nos contratos de crédito ao consumo deverá respeitar estes limites, sob pena de se considerar *“(…) automaticamente reduzida ao limite máximo (legalmente) previsto (...), sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal”*, nos termos do número 3 do citado artigo 28º do Decreto-Lei 133/2009 e artigos 292º e 284º do Código Civil.

Esclarecidos os limites da fixação da taxa de juro inerentes ao contrato de crédito ao consumo importa agora aferir a legitimidade de capitalização desses juros pelo credor, a chamada prática de anatocismo, e respectivos requisitos de admissibilidade.

### **2.3. ANATOCISMO**

O anatocismo é uma prerrogativa existente no nosso Ordenamento Jurídico, pensada e architectada para situações de incumprimento, que permite que o credor possa efectuar capitalização de juros de um determinado capital já vencidos, e não entregues

tempestivamente, com o intuito de os fazer produzir novos juros, provocando um fenómeno de dupla capitalização de juros<sup>94</sup>.

Sendo motivado pelo não cumprimento tempestivo da obrigação de prestação pelo devedor, pode considerar-se que este mecanismo consubstancia intender uma compensação ao credor pela imobilização de determinado capital que poderia ter investido caso o tivesse percebido pontualmente.

Atendendo às suas características peculiares, a admissibilidade desta prática no Ordenamento Jurídico português tem sido fortemente condicionada, por se entender que poderá consubstanciar uma actuação abusiva por parte do contraente dominante, o credor, impondo juros usurários ao devedor. Na esteira de António Menezes Cordeiro, a capitalização de juros corresponde a “(...) *um esquema que permite multiplicar a taxa efectiva de certa operação*”<sup>95</sup>, *pelo que é valorada com alguma reserva, pela lei*”<sup>96</sup>, que lhe impõe restrições visando a protecção do consumidor.

Por esta razão, se justifica a consagração do princípio geral de proibição de anatocismo, previsto no artigo 560º do Código Civil.

Não obstante esta interdição geral, deverá aludir-se à existência de algumas excepções que permitem a prática de capitalização de juros de forma lícita. Neste sentido,

---

<sup>94</sup> “(...) *prática que consiste em fazer vencer juros de juros*”, cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Manual de Direito Bancário”, 4ª ed., 2010, p. 633

<sup>95</sup> A capitalização implica o cálculo de juros sob um capital superior, derivado da integração dos juros não pagos, o que se traduz num aumento considerável dos juros cobrados

<sup>96</sup> Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Manual de Direito Bancário”, 4ª ed., 2010, p. 633

o anatocismo será admitido caso se verifique a celebração, entre o credor e o devedor, de convenção posterior ao vencimento dos juros em causa<sup>97</sup>, ou quando seja dirigida ao devedor notificação judicial interpelando-o para proceder à capitalização dos juros vencidos ou regularizar o pagamento, sob pena de capitalização, nos termos do número 1 do artigo 560º do Código Civil.

De acordo com o *supra* referido, o crédito ao consumo é, na actualidade, maioritariamente concedido por instituições de crédito ou sociedades financeiras, às quais se aplica um regime especial quanto à prática do anatocismo, pelo que se torna pertinente a respectiva análise, o que faremos em seguida.

### **2.3.1. ANATOCISMO E INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS**

No que respeita à prática de anatocismo efectuada por instituições de crédito ou sociedades financeiras, importa referir, primeiramente, o Decreto-Lei 298/92, de 31 de Dezembro, que regula a actividade e funcionamento destas entidades. Nos termos desta legislação, só a instituições de crédito e sociedades financeiras com sede em Portugal e/ou sucursais de instituições de crédito e de instituições financeiras com sede no estrangeiro localizadas fisicamente em território nacional, é lícito exercer a título

---

<sup>97</sup> “Não se admitem convenções de anatocismo anteriores ao vencimento, porque elas corresponderiam a um aumento da taxa de juro, ou seja, presumivelmente, a um acto usuário (cfr. Art. 282º) ”, cfr. PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, “Código Civil Anotado”, Vol. I, 4ª ed., 2010, p. 574

profissional as operações de concessão de crédito, e por tal actividade cobrar juros, ou seja, exigir remuneração<sup>98</sup>.

No que respeita concretamente à admissibilidade da prática de anatocismo, a capitalização de juros efectuada por estas entidades corresponde a uma prática generalizada encontrando-se regulada pelo Decreto-Lei 58/2013, de 8 de Maio<sup>99</sup>, que estipula o regime aplicável aos prazos, juros remuneratórios, capitalização de juros e mora do devedor no âmbito de operações de crédito.

Os juros bancários, consequência da sua aplicação repetida, uniforme e geral no âmbito da contratação de crédito, criaram uma convicção na sociedade de que revestem o carácter de norma, o que justifica, desde logo, a licitude da respectiva aplicação. Indubitavelmente, a figura da capitalização de juros aplicada no âmbito da actividade bancária e/ou financeira de concessão de crédito desenvolvida por instituições de crédito ou sociedades financeiras, consubstanciando a principal fonte de rendimento do financiador, corresponde a uma actividade qualificada enquanto uso comercial bancário ou financeiro<sup>100101</sup>. Nos termos do anterior regime, previsto e regulado pelo Decreto-Lei 344/78, esta qualificação enquadrava a prática de anatocismo desenvolvida no âmbito da concessão de crédito por estas entidades no elenco excludente da proibição geral de

---

<sup>98</sup> Nos termos dos art.ºs 10º, 8º, nº 2 e 4º, nº 1, al. b) do Decreto-Lei 298/92

<sup>99</sup> Esta legislação veio revogar o anterior regime previsto no Decreto-Lei 344/78, de 17 de Novembro, alterado pelos Decretos-Lei 429/79, de 25 de Outubro, 83/86, de 6 de Maio, e 204/87, de 16 de Maio

<sup>100</sup> ALBERTO LUÍS, “O Anatocismo Bancário”, Revista da Ordem dos Advogados, ano 61, nº 3

<sup>101</sup> De realçar que os usos só poderão ser juridicamente atendíveis quando a lei assim o determine nos termos do nº 1 do art. 3º do Código Civil.

capitalização de juros, prevista no número 3 do artigo 560º do Código Civil, tornando lícita a prática de anatocismo por estas entidades<sup>102</sup>.

Actualmente verifica-se que a possibilidade de capitalização de juros nestes termos está expressamente prevista no artigo 7º do Decreto-Lei 58/2013, pelo que, sendo esta uma legislação especial, sobrepõe-se aos ditames gerais do Código Civil<sup>103</sup>, deixando a referida prática de estar interdita pela citada proibição geral. Assim sendo, a capitalização de juros associada à concessão de crédito efectuada por instituições de crédito ou sociedades financeiras continua excluída do âmbito de proibição geral de anatocismo, sendo que a exclusão deriva agora de disposição legal, à qual subjaz, contudo, um uso comercial bancário.

No que respeita ao requisito temporal, nos termos do regime anteriormente vigente, a capitalização de juros vencidos e não pagos só era admissível se correspondesse a um período de mora igual ou superior a três meses<sup>104</sup>. A nova lei, por seu turno, veio determinar uma redução deste período mínimo de capitalização, fixando-o em um mês, inculcando, assim, maior liberdade às entidades abrangidas para procederem à prática do

---

<sup>102</sup> Nos termos do nº 3, do art. 560º do Código Civil “*Não são aplicáveis as restrições dos números anteriores se forem contrárias a regras ou usos particulares do comércio*”

<sup>103</sup> As regras de aplicação do direito determinam que a lei especial deve prevalecer sobre a lei geral na medida em que as normas gerais são pensadas para aplicação indistinta a todas as pessoas, de forma abstracta, enquanto que as normas especiais são particularizadas, aplicando-se, somente, a determinadas situações de facto, pelo que, em caso de conflito, “*a lei geral não revoga (...) a lei especial*” (*lex specialis revogat generali*), cfr. MARCELO REBELO DE SOUSA e SOFIA GALVÃO, “Introdução ao estudo do direito”, 3ª ed., 1994, pp. 108-109

<sup>104</sup> Nos termos do número 6, do artigo 5º do Decreto-Lei 344/78, de 17 de Novembro, “*Não podem ser capitalizados juros correspondentes a um período inferior a três meses*”

anatocismo<sup>105</sup>. Nesta medida, constata-se que esta alteração legislativa veio acentuar, ainda mais, a clivagem já existente entre o regime especial e o geral previsto no Código Civil, que exige, ao invés, um prazo mínimo de um ano para que se possa proceder à capitalização de juros remuneratórios<sup>106</sup>.

Por outro lado, nos termos do número 1 do artigo 7º do citado Decreto-Lei 58/2013, a admissibilidade de capitalização de juros remuneratórios vencidos e não pagos está dependente da verificação de convenção entre as partes reduzida a escrito. Atento no número 2 do mesmo artigo, a lei prevê que a produção de efeitos da capitalização não está dependente de notificação ao devedor, o que conduz à assunção de existência de convenção anterior permissiva da produção dos efeitos da prática do anatocismo. Nestes termos, e contrariamente ao que sucede no regime geral do Código Civil, que determina a exigibilidade de celebração de acordo posterior ao vencimento dos juros<sup>107</sup>, no que respeita às instituições de crédito e sociedades financeiras, a capitalização dos juros pode ser convencionada *ab initio* no contrato de crédito original celebrado entre as partes ou, por maioria de razão, em convenção posterior à celebração do negócio jurídico mas anterior ao termo convencionado. De salientar que, não obstante a subsistência de alguma

---

<sup>105</sup> Nos termos do nº 1, do art. 7º do Decreto-Lei 58/2013 “A capitalização de juros remuneratórios, vencidos e não pagos, depende de convenção das partes, reduzida a escrito, não podendo os mesmos ser capitalizados por períodos inferiores a um mês”

<sup>106</sup> Nos termos do nº 2 do artigo 560º do Código Civil “Só podem ser capitalizados os juros correspondentes ao período mínimo de um ano”

<sup>107</sup> De acordo com o disposto na 1ª parte do nº 1 do art. 560º do Código Civil “Para que os juros vencidos produzam juros é necessária convenção posterior ao vencimento”

obscuridade nos termos do anterior regime do citado Decreto-Lei 359/91, a maioria da doutrina e jurisprudência dos tribunais superiores já entendia não ser exigível convenção posterior à celebração do contrato ou notificação ao mutuário por parte da instituição credora para que fosse admissível a capitalização de juros decorrentes de operações de crédito<sup>108</sup>.

Por último, a actual legislação veio ainda admitir a possibilidade de capitalizar, uma única vez, juros remuneratórios referentes a prestações vencidas e não pagas, para efeitos de aplicação de juros moratórios<sup>109</sup>, ou seja, para efeitos de reparação dos prejuízos suportados pelo financiador, consequência da mora do devedor na restituição do capital mutuado. Importa salientar que a capitalização de juros moratórios só é admissível se houver convenção posterior ao vencimento no contexto de uma reestruturação ou consolidação de contratos de crédito<sup>110</sup>.

Assente no objecto concreto do presente estudo, o incumprimento do contrato de crédito ao consumo pelo consumidor, assumem especial relevância os juros

---

<sup>108</sup> Como se decide v.g. no Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 15 de Dezembro de 2005, proferido no âmbito do processo 11687/2005-6 e no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 14 de Novembro de 2006, proferido no âmbito do processo 06B2911

<sup>109</sup> Nos termos do n.º 3, do art. 7.º “*Para efeitos de aplicação de juros moratórios, os juros remuneratórios que integram cada prestação vencida e não paga só podem ser capitalizados uma única vez*” e n.º 2 do art. 8.º, ambos do Decreto-Lei 58/2013 “*A taxa de juros moratórios (...) incide sobre o capital vencido e não pago, podendo incluir-se neste os juros remuneratórios capitalizados (...)*”

<sup>110</sup> Nos termos do n.º 5 do art. 7.º do Decreto-Lei 58/2013

remuneratórios pelo que serão alvo de maior aprofundamento, quase exclusivo, ao longo da exposição.



### CAPÍTULO III

#### INCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE CRÉDITO AO CONSUMO PELO CONSUMIDOR

O contrato de crédito ao consumo corresponde à celebração de uma convenção entre dois contraentes em que o financiador disponibiliza ao consumidor determinada quantia monetária mediante o estabelecimento de um plano prestacional, onde é definido o número e o montante concreto de prestações, mediante as quais permite ao devedor a restituição faseada do capital mutuado.

Entendido como o financiamento concedido por instituição bancária ou financeira ao consumidor para aquisição de um determinado bem de consumo, por razões de lógica económica e normalidade das situações, a celebração de contrato de crédito ao consumo implicará a convenção do respectivo pagamento em prestações, o que se traduz na constituição do devedor na obrigação de restituição do valor mutuado, durante um designado lapso temporal, mediante o pagamento de determinado número de prestações, de valor previamente acordado com o financiador<sup>111</sup>.

Para cada uma destas prestações acordadas, as partes definem um prazo para a respectiva liquidação, considerando-se que o devedor se constitui “(...) *em mora quando, por causa que lhe seja imputável, a prestação, ainda possível, não (for) efectuada no tempo devido*”, nos termos do número 2 do artigo 804º do Código Civil.

---

<sup>111</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, p. 195, trata-se de “(...) *uma situação de fraccionamento do dever de restituição da importância emprestada, assimilando-se a uma dívida que pode ser liquidada em duas ou mais prestações*”

Na esteira de Galvão Telles, para que se verifique a mora do devedor é necessário que se constate a “(...) *inexecução da obrigação no vencimento, com possibilidade todavia de execução futura (e) a imputabilidade dessa inexecução ao devedor*”<sup>112</sup>. Nesta medida, existirá incumprimento contratual quando a prestação devedora, não sendo impossível, não for executada<sup>113</sup> por causa imputável ao consumidor, o que poderá implicar a respectiva constituição em “*responsabilidade obrigacional se da mora advierem prejuízos para o credor*”<sup>114</sup>, nos termos dos artigos 798º e 804º, número 1 do Código Civil.

Estes são os traços genéricos que balizam o incumprimento contratual imputável ao devedor nos termos do regime geral do Código Civil. Não obstante, tendo em conta o nosso objecto de estudo, importa analisar em profundidade o regime especial que regula o incumprimento do contrato de crédito ao consumo, nomeadamente os já citados Decretos-Lei 359/91 e 133/2009, e as consequências específicas que estes dispositivos legais preveem para a verificação desta circunstância.

---

<sup>112</sup> Cfr. INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, “Direito das Obrigações”, 7ª ed. 2010, p. 302

<sup>113</sup> Cfr. ANTUNES VARELA, “Direito das obrigações”, 1969, pp. 849

<sup>114</sup> Cfr. INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, “Direito das Obrigações”, 7ª ed. 2010, p. 303

### 3.1. O REGIME DO DECRETO-LEI 359/91, DE 21 DE SETEMBRO

Nos termos *supra* esclarecidos, o regime jurídico do crédito ao consumo foi inicialmente instituído e regulado pelo Decreto-Lei 359/91, de 21 de Setembro, tendo mais tarde sido revogado mediante a aprovação do Decreto-Lei 133/2009, de 2 de Junho.

No que respeita concretamente à possibilidade de incumprimento do contrato de crédito ao consumo, o regime primitivo era omissivo, não dispondo de nenhuma cláusula específica que regulasse as consequências da verificação de tal vicissitude contratual. Em virtude desta omissão, na ocorrência de incumprimento contratual, designadamente por parte do consumidor, ditavam as regras de interpretação legal que seria supletivamente aplicável o regime geral do Código Civil, nomeadamente as disposições contidas nos artigos 781º e 934º desse dispositivo legal.

No encalce do disposto do citado artigo 781º<sup>115</sup>, quando estivesse em causa a celebração de um contrato em que houvesse sido convencionada a respectiva liquidação prestacional, em duas ou mais prestações, a falta de pagamento de uma delas implicaria automaticamente o vencimento de todas as restantes subsequentes. Estatuída nestes exactos termos, esta norma determinava que a mora do consumidor no pagamento de uma só prestação implicaria a perda do benefício de prazo relativo ao lapso temporal acordado para cumprimento total do contrato, investindo o devedor na obrigação de antecipar o pagamento integral do crédito. Neste sentido é necessário atentar no facto de que uma

---

<sup>115</sup> Nos termos do art.781º do Código Civil “*se a obrigação puder ser liquidada em duas ou mais prestações, a falta de realização de uma delas importa o vencimento de todas*”

prestação, dependendo do contrato concreto para cujo pagamento foi convencionada, terá relevância diferenciada, não apresentando a mesma gravidade, a título de exemplo, a falta de pagamento de uma prestação de um contrato de mútuo de mil euros (1000€) com pagamento acordado em duas prestações ou dez prestações. No primeiro caso, o incumprimento corresponderia a uma parcela de cinquenta por cento (50%) do total do crédito, e no segundo somente a dez por cento (10%), pelo que a censura, e eventual perda de confiança do credor, deverão ser graduadas de acordo com estas proporções. Nestas circunstâncias, era constatável que a aplicação isolada do regime do artigo 781º expunha demasiado o devedor à vontade do credor, consagrando um regime que desprotegia bastante o consumidor no âmbito da relação jurídica contratual que se estabelecia entre ambos os contraentes.

Não obstante, e sendo que o contrato de crédito ao consumo é naturalmente celebrado a prestações, com o artigo 781º deveria aplicar-se conjuntamente o disposto no artigo 934º que impunha alguns limites à promoção do vencimento antecipado da totalidade do montante mutuado, com o intuito de tutelar o consumidor a crédito<sup>116</sup>.

Esclarece esta disposição que inerente à respectiva correcta aplicação, em primeiro lugar, haveria que distinguir as situações em que se encontrava constituída reserva de

---

<sup>116</sup> Nos termos do art. 934º do Código Civil “*vendida a coisa a prestações, com reserva de propriedade, e feita a sua entrega ao comprador, a falta de pagamento de uma só prestação que não exceda a oitava parte do preço não dá lugar à resolução do contrato, nem sequer, haja ou não reserva de propriedade, importa a perda do benefício do prazo relativamente às prestações seguintes, sem embargo de convenção em contrário*”

propriedade a favor do financiador, associada à concessão de crédito, das outras em que tal circunstância não se verificava<sup>117</sup>.

---

<sup>117</sup> No que respeita à constituição de reserva de propriedade a favor do financiador cumpre esclarecer que nos termos do art. 409º do Código Civil “*nos contratos de alienação é lícito ao alienante reservar para si a propriedade da coisa até ao cumprimento total ou parcial das obrigações da outra parte ou até à verificação de qualquer outro evento*”. Nestes termos, revela-se duvidosa a admissibilidade da constituição de tal instrumento a favor do financiador que não é alienante do bem de consumo no negócio jurídico. Alguma doutrina, nomeadamente Isabel Menéres Campos e Nuno Manuel Pinto Oliveira, defende que a interpretação da lei se deve coadunar com as mutações sócio-económicas que se têm vindo a registar no comércio, e que determinam que a venda a prestações já não se configure como uma relação bilateral, mas tripartida devido à intervenção do financiador, referindo-se, mesmo à ligação económica, que inequivocamente existe entre o contrato de consumo e o contrato de crédito. Argumentam ainda que a relação tripartida implica a transferência do risco de incumprimento do consumidor do vendedor para o financiador e uma sub-rogação do mutuante na posição jurídica do vendedor, pelo que se justifica a sua tutela. Por último, alavancam a sua posição no revogado Decreto-Lei 359/91 que previa expressamente a possibilidade de estipulação de cláusula de reserva de propriedade a favor do financiador nos termos da al. f), do nº 3, do seu art. 6º. Não obstante, não é esta a posição da doutrina maioritária, em que está incluído, designadamente, Fernando de Gravato Morais, que defende a inadmissibilidade da cláusula de reserva de propriedade estabelecida a favor do financiador. Por um lado, o referido Decreto-Lei, agora revogado, foi pensado e estruturado almejando exclusivamente a defesa do consumidor, pelo que não pode ser utilizado como expediente para proteger o direito de crédito do financiador. Por outro lado, a redacção dessa legislação apenas reflecte a realidade sócio-económica da época em que foi redigida, em que o crédito era cedido pelo vendedor, havendo correspondência de identidade entre o vendedor e o financiador. Neste sentido, importa salientar que o Decreto-Lei 133/2009 não incorpora no seu corpo nenhum preceito de semelhante alcance, pelo que deixou de haver qualquer disposição expressa de admissibilidade. Atento na letra da lei, consubstanciando a reserva de propriedade uma extensão do direito de propriedade, é discutível que o financiador, que nunca foi proprietário do bem, possa reservar para si a propriedade de algo que nunca teve. Nas palavras do juiz Conselheiro Pedro André Maciel Lima da Costa “*a reserva de propriedade constitui uma restrição de natureza real ao direito de propriedade transmitido pelo vendedor ao comprador, por via do contrato de compra e venda, o único que tem eficácia real, nos termos do art. 879 al. a) do Código Civil (...) e tal restrição só a favor do vendedor pode ser instituída, nos termos do art. 409 nº 1*”, pelo que não deve ser admissível o estabelecimento de cláusula de reserva de propriedade a favor do financiador no âmbito do contrato de crédito ao consumo, cfr. JOÃO PEDRO COSTA CARVALHO, “Reserva de Propriedade a Favor de Financiador, Comentário ao Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 24-02-2011”, pp. 3-12 e FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, pp. 299-308

Por um lado, havendo constituição de reserva de propriedade sobre o bem de consumo inerente à contratação, para que a prestação não liquidada pudesse gerar a perda de benefício do prazo do devedor ou a resolução do contrato de crédito, seria necessário que o valor da mesma fosse superior a um oitavo ( $\frac{1}{8}$ ) do montante total do crédito. Assim sendo, nos termos da aplicação conjunta dos artigos 781º e 934º, deve concluir-se que a falta de pagamento de uma só prestação poderia ser insuficiente para que o credor pudesse legitimamente provocar o vencimento da totalidade das prestações previamente convencionadas, ou desvincular-se do contrato celebrado, sendo imprescindível que o valor relativo do incumprimento atingisse a fracção mínima legalmente exigível para o efeito.

Por outro lado, não estando convencionada cláusula de reserva de propriedade do bem estipulada a favor do financiador, verificando-se a falta de pagamento de uma prestação de valor não excedente de um oitavo ( $\frac{1}{8}$ ) do valor total do crédito, o credor estaria, igualmente, impedido de invocar a perda de benefício do prazo do devedor relativamente às restantes prestações vincendas. Não obstante, face ao inadimplemento do devedor, nada impediria que este pudesse legitimamente promover a resolução do contrato com base em incumprimento contratual da contraparte.

Nestes termos, se a gravidade do incumprimento do devedor não equivallesse a um oitavo ( $\frac{1}{8}$ ) do valor total do capital mutuado, o financiador nunca poderia promover a perda de benefício do prazo. Contudo, não se registando estipulação de reserva de

---

propriedade convencionada a favor do financiador, um incumprimento do devedor, ainda que insusceptível de ultrapassar o referido patamar fraccionário, conferiria um direito de resolução do contrato ao credor. Reflectindo sobre esta opção legislativa, somos forçados a concluir que esta determinação se justifica pelo facto de a reserva de propriedade consubstanciar uma certa garantia de cobrança ao credor pelo que a lei, com base nesta acepção, cria maiores entraves à desvinculação contratual deste contraente em situação privilegiada.

Não obstante os explicitados ditames desta, entretanto revogada, legislação especial reguladora do contrato de crédito ao consumo, que impeliam o intérprete à aplicação supletiva conjunta dos artigos 871º e 934º do Código Civil, a consagração do princípio da liberdade contratual, constante do artigo 405º do mesmo diploma legal, determinava que estas regras poderiam ser afastadas por convenção das partes em sentido contrário.

### **3.2. O NOVO REGIME DO CRÉDITO AO CONSUMO DO DECRETO-LEI 133/2009, DE 2 DE JUNHO**

O Decreto-Lei 133/2009<sup>118</sup>, aprovado em 2 de Junho, entrou em vigor no nosso Ordenamento Jurídico em 1 de Julho de 2009, revogando o anterior Decreto-Lei 359/91, de 21 de Setembro, e instituindo o novo regime jurídico do contrato de crédito ao consumo.

---

<sup>118</sup> Retificado pela Declaração de rectificação 55/2009, de 31 de Julho, e alterado pelos Decretos-Lei 72-A/2010, de 18 de Junho e 42-A/2013, de 28 de Março

Contrariamente ao que se constatava na vigência do anterior regime, a nova legislação veio consagrar expressamente os requisitos e consequências do incumprimento do contrato de crédito ao consumo pelo consumidor, nomeadamente no seu artigo 20º. Neste sentido, havendo lugar à aplicação desta legislação especial e respectivo regime, deixou de ser aplicável a esta modalidade de incumprimento o regime geral previsto nos artigos 781º e 934º do Código Civil<sup>119</sup>.

O artigo 20º veio estabelecer especificamente a possibilidade de accionamento de duas consequências distintas de que o credor se pode socorrer em caso de ocorrência de incumprimento contratual: a promoção da perda de benefício do prazo do devedor, em relação às prestações vincendas, e a resolução do contrato.

No que respeita aos respectivos requisitos de admissibilidade, a legitimidade de recurso a estes dispositivos está dependente da verificação de duas condições cumulativas que correspondem (a) à verificação de falta de pagamento de duas ou mais prestações sucessivas e (b) à contabilização do valor que estas representam relativamente ao montante total do crédito que deve exceder, conjuntamente, uma gravidade equivalente 10%.

Atento nesta alteração de condições inerentes à admissibilidade de reacção do credor face ao incumprimento do devedor, aparentemente, dir-se-ia que a actual legislação veio reforçar decisivamente a tutela do consumidor quanto à possibilidade de

---

<sup>119</sup> Cfr. MARCELO REBELO DE SOUSA e SOFIA GALVÃO, “Introdução ao estudo do direito”, 3ª ed. 1994, pp. 108-109



desvinculação contratual do financiador, efectivada mediante resolução do contrato ou promoção da perda de benefício do prazo do devedor. Não obstante, uma análise mais atenta permite concluir que, pese embora se tenha estabelecido um aumento do número total de prestações incumpridas exigíveis, de uma para duas, esta disposição veio, paralelamente, consagrar uma diminuição da percentagem de incumprimento exigível, inerente à legitimação de actuação do credor na promoção dos referidos dispositivos. Analisando ambos os regimes, verifica-se a existência de uma clivagem camuflada quanto à gravidade relativa de incumprimento exigível, sendo que, ao abrigo da revogada legislação, o incumprimento do devedor deveria ser igual ou superior a um oitavo ( $\frac{1}{8}$ ) do crédito, o que equivale a 12,5% do montante global mutuado, e a actual legislação basta-se com 10% do mesmo valor de referência para permitir a actuação reactiva do financiador.

Não obstante o cumprimento destes requisitos, o Decreto-Lei 133/2009 veio ainda exigir a concessão, pelo credor ao consumidor, de um prazo suplementar mínimo de quinze dias para que este possa proceder ao pagamento voluntário das prestações em atraso, acrescida de eventual indemnização devida, com a expressa advertência dos efeitos da perda do benefício do prazo ou da resolução do contrato caso não actue dentro do referido período. Só após o cumprimento desta obrigação suplementar, e constatando-se a inércia ou não regularização integral do plano prestacional previamente acordado

pelo devedor, poderá o credor, justificadamente e licitamente, resolver o contrato ou promover a perda de benefício do prazo do devedor em relação às restantes prestações<sup>120</sup>.

### **3.3. CONSEQUÊNCIAS DO INCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE CRÉDITO AO CONSUMO PELO CONSUMIDOR**

No decurso do contrato de crédito ao consumo, verificando-se o incumprimento por parte do consumidor nos termos *supra* explicitados, não obstante poder sempre optar por aguardar o cumprimento do devedor em mora, o financiador poderá, à sua escolha, invocar a perda de benefício do prazo ou promover a resolução do contrato<sup>121</sup>. Esta escolha de meio de reacção deve, contudo, ser imperetrivelmente efectuada até ao momento da interpelação ao devedor, judicial ou extra-judicial, tornando-se irrevogável após o cumprimento dessa formalidade<sup>122</sup>.

---

<sup>120</sup> “Só há lugar à perda do benefício do prazo ou à resolução do contrato de crédito depois de esgotado o prazo quinquenal (ou eventualmente superior) concedido sem que se verifique o pagamento dos valores em causa (não havendo) (...) necessidade de qualquer outra declaração subsequente a esta interpelação”, cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Crédito aos Consumidores – Anotação ao Decreto-Lei nº 133/2009”, 2009, p. 100

<sup>121</sup> Importa salientar a impossibilidade de cumulação dos regimes, cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 18 de Maio de 1995, proferido no âmbito do processo 86742, que dispõe que “resolvido que tenha sido o contrato, e por isso extinto, não tem cabimento a aplicação da cláusula 12/3, enquanto prevê a antecipação do vencimento das rendas vincendas não cumulável com a resolução (...)”

<sup>122</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, p. 193

### 3.3.1. PERDA DE BENEFÍCIO DO PRAZO DO DEVEDOR

Perante o incumprimento do devedor nas condições *supra* referidas, o credor tem a faculdade de exigir a totalidade das prestações ainda não liquidadas, promovendo a perda de benefício do prazo de pagamento escalonado do devedor em relação às restantes prestações vincendas.

Esta faculdade que a lei atribui ao mutuante funda-se na aceção de que a conduta inadimplente do devedor é susceptível de gerar uma perda da confiança irreversível no credor quanto ao cumprimento futuro do plano prestacional previamente convencionado para a restituição da totalidade do capital mutuado. Na Esteira de Antunes Varela, “*o inadimplemento do devedor, quebrando a relação de confiança em que assenta o plano de pagamento escalonado no tempo, justifica a perda do benefício do prazo quanto a todas as prestações previstas para o futuro*”<sup>123</sup>.

Não obstante, deve uma vez mais realçar-se que a promoção do vencimento imediato da totalidade das prestações associadas ao plano de liquidação do contrato de crédito ao consumo é sempre opcional, pelo que o credor pode sempre optar por aguardar o cumprimento do devedor inadimplente.

Na medida em que o custo total do crédito (TAEG), previamente estipulado entre as partes, assenta o respectivo cálculo na assunção de que o contrato será pontualmente cumprido, é relevante perceber se esse valor sofre alterações face ao incumprimento do

---

<sup>123</sup> Cfr. ANTUNES VARELA, “Direito das obrigações”, 1969, pp. 839-840

devedor, e correspondente reacção do financiador promovendo a perda de benefício do prazo, e em que medida.

### **3.3.1.1. JUROS REMUNERATÓRIOS**

No âmbito de celebração de contrato de crédito ao consumo, os juros remuneratórios desempenham a função de remuneração do financiador pelo lapso temporal que medeia o momento em que o capital é disponibilizado ao consumidor e a altura em que o credor o recupera. Nesta medida, deve entender-se que estes juros são convencionados por forma a consubstanciarem a contraprestação onerosa do credor associada à concessão de crédito ao consumidor e consequente privação do capital mutuado.

Durante largos anos permaneceu um conflito doutrinal, e até jurisprudencial, quanto à possibilidade de cobrança de juros remuneratórios referentes a prestações vincendas em virtude da promoção da perda de benefício do prazo do plano prestacional, motivada pelo incumprimento do contrato de crédito ao consumo por parte do consumidor. Não obstante não se registarem obstáculos à admissibilidade da prática do anatocismo no caso concreto, a dissensão residia em perceber se os juros remuneratórios seriam devidos relativamente a todas as prestações contratualmente convencionadas ou somente às que se encontrassem vencidas até ao momento de verificação do incumprimento.

A corrente majoritária defendia a impossibilidade de exigência de juros remuneratórios associados às prestações vincendas, assente na natureza própria deste tipo de juros e função que desempenham no âmbito do negócio jurídico, sendo que a remuneração do capital mutuado só poderia ser devida caso de cumprisse a efectiva disponibilização do montante contratualmente concedido em crédito pela integralidade do período contratual inicialmente convencionado.

No acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 19 de Abril de 2005, proferido no âmbito do processo 05A493, esclareceu-se que “*os juros remuneratórios são retributivos, são rendimentos do capital em função do tempo em que o credor está privado da utilização do mesmo, constituindo a contraprestação onerosa pela cedência do capital ao longo do tempo, sem o decurso do qual não existe remuneração do capital mutuado*”. Assim sendo “*o disposto no referido artº 781º não conduz ao vencimento antecipado de prestações de juros (...) já que estes só nascem com o decurso do tempo*”.

No mesmo sentido, o mesmo Tribunal, em acórdão de 9 de Dezembro de 2008, proferido no âmbito do processo 08A2924, esclareceu que “*a obrigação de juros é definida em função do tempo e da taxa de remuneração (...)*” pelo que “*(...) pela sua própria natureza, temporária, (...) vai nascendo à medida do decurso do tempo*”. Avançou ainda que “*(...) o crédito de juros não é necessariamente dependente do crédito principal, podendo qualquer deles ser cedido ou extinguir-se sem o outro*”, tudo nos termos do artigo 561º do Código Civil. Assim sendo, concluiu que “*(...) a obrigação de*

*juros (remuneratórios) só deve perdurar enquanto não houver vencimento antecipado das prestações vincendas e a exigibilidade da dívida correspondente”.*

O acórdão do Supremo de 6 de Fevereiro de 2007, proferido no âmbito do processo 06A4524, veio pronunciar-se sobre a questão do custo total do crédito, desmistificando que “(...) *os juros remuneratórios abrangidos pelas prestações convencionadas são calculados tendo em conta o tempo de duração do contrato de mútuo e o seu cumprimento, um certo programa contratual. Com a antecipação do vencimento resultante da falta de pagamento de uma das prestações, logo se vê que os juros remuneratórios, calculados para todo o período da vigência do contrato, não encontrariam correspondência ou proporcionalidade com o tempo decorrido até à exigibilidade do pagamento do capital, por perda do benefício do prazo e a natureza retributiva indexada ao tempo que aqueles encerram*”.

Não obstante esta posição maioritária, persistia, paralelamente, alguma doutrina divergente que defendia que a constituição do devedor nesta obrigação de restituição imediata da quantia mutuada, impulsionada pelo accionamento do vencimento antecipado das prestações pelo financiador, devia incluir os juros remuneratórios nelas inicialmente incorporados.

Neste sentido deve referir-se o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 17 de Janeiro de 2008, proferido no âmbito do recurso 9932/07-2, em que o colectivo determinou que os juros remuneratórios, correspondendo a “(...) *importâncias*

*incorporadas no capital (...)*”, deixam “(...) *naturalmente de ser consideradas juros, podendo, elas próprias, vencer juros (...)*”. Perfilhando este entendimento o Tribunal reconheceu explicitamente o direito do financiador de capitalizar, e exigir, importâncias respeitantes aos juros remuneratórios associados a prestações vincendas inerentes ao contrato de crédito ao consumo.

Por outro lado cumpre destacar o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido em 22 de Fevereiro de 2005, no âmbito do processo 3747/04, que perfilhou entendimento contrário em relação à corrente jurisprudencial maioritária. Aquele Supremo Tribunal baseou o seu aresto no conceito de “*custo total do crédito*” que, englobando o capital, juros remuneratórios e outras despesas, em caso de verificação do vencimento antecipado das prestações, no seu entender, importaria a devolução “*da importância total, não se justificando o abatimento de juros remuneratórios de prestações vencidas posteriormente à data do incumprimento*”. Assim sendo, “(...) *vencida a dívida, est(ariam) vencidas todas as prestações, sendo o montante de cada uma o estipulado tendo em conta a referida "TAEG"*”.

O Supremo aproveitou a ocasião para evidenciar ainda os especiais riscos que envolvem a actividade de concessão do crédito ao consumo, consubstanciados no acrescido risco de incumprimento, e concluiu que a determinação dos juros remuneratórios associados a este tipo de convenção de financiamento não se podia restringir à mera contabilização do decurso temporal em que decorria o empréstimo.

Por último, salientou o carácter supletivo do regime do artigo 781º do Código Civil, e esclareceu que, não se verificando oposição expressa do devedor à cobrança de juros remuneratórios referentes a prestações vincendas, consubstanciado no facto de não estar em causa uma norma imperativa, ficava interdita a intervenção oficiosa do Tribunal.

Aos fundamentos acolhidos por esta decisão somavam-se argumentos de literalidade que defendiam que o artigo 781º do Código Civil não evidenciava expressamente qualquer distinção entre o vencimento de capital e o vencimento de juros, pelo que não se poderia sustentar tal separação, até porque a admitir-se tal entendimento se estaria a premiar o devedor pelo incumprimento que, como consequência desse inadimplemento, lograva converter o mútuo oneroso num mútuo gratuito.

### **3.3.1.2. ACÓRDÃO UNIFORMIZADOR DE JURISPRUDÊNCIA**

Neste seguimento, e com o intuito de colocar cobro à incerteza jurídica que a divergência jurisprudencial do Supremo Tribunal de Justiça suscitou no seio do Ordenamento Jurídico nacional, o mesmo Tribunal decidiu uniformizar a jurisprudência relativamente à questão da legitimidade de exigência de juros remuneratórios associados às prestações ainda não vencidas no momento do incumprimento, mediante deliberação aposta no Acórdão Uniformizador de Jurisprudência de 25 de Março de 2009, proferido no âmbito do processo 1992/08/08<sup>124</sup>.

---

<sup>124</sup> Acórdão proferido ao abrigo do art. 688º do Código de Processo Civil



Primeiramente, importa salientar que este acórdão foi proferido durante a vigência do Decreto-Lei 359/91, entretanto revogado, que impunha a aplicação supletiva do regime geral dos artigos 781º e 934º do Código Civil.

Neste acórdão, o Tribunal confirmou o carácter não imperativo da norma do artigo 781º do Código Civil e a imposição do princípio da liberdade contratual das partes, previsto no artigo 405º do mesmo diploma legislativo, sobre este regime supletivo, o que determinava a licitude de estipulação em sentido diverso pelas partes. O Supremo esclareceu ainda que esta fixação em sentido contrário seria admissível ainda que a convenção fosse alcançada mediante celebração de contrato de adesão em que se presume que o aderente, no caso o consumidor, está interdito de negociar ou influenciar o conteúdo contratual a que se vincula.

Por outro lado, dilucidou que os juros remuneratórios assumem um “*carácter, além de retributivo, sinalagmático*” em relação ao capital, pelo que a promoção do vencimento antecipado das prestações vincendas, que determina a exigibilidade imediata do montante total mutuado, importará, colateralmente, a extinção da obrigação de juros associada. Contrariamente ao que se verifica no que respeita à obrigação de capital, que consubstancia uma única prestação cuja realização é efectuada em determinado número de fracções escalonadas temporalmente, a exigibilidade da obrigação de juros remuneratórios surge directamente relacionada com a efectiva disponibilização do crédito pelo mutuante ao mutuário, pelo que “*só se vai vencendo à medida em que o tempo a faz nascer pela disponibilidade do capital*”.

Como já referimos, estando a faculdade de promoção do vencimento antecipado das prestações sempre na livre disponibilidade do credor, podendo este optar por não a promover, apenas lhe será lícita a exigibilidade de juros remuneratórios correspondentes ao período em que se mantém efectivamente privado do seu capital, na medida em que as prestações ulteriores ainda não venceram juros, e, assim, não existem. Por esta razão, ao accionar a perda de benefício do prazo relativo às prestações subsequentes, a remuneração do credor ficará cingida aos juros moratórios, de acordo com as taxas acordadas e dentro dos limites legais e de eventual cláusula penal, se esta houver sido convencionada.

O Supremo Tribunal foi ainda mais além, determinando a extensão destas cominações a contratos que incluam no seu conteúdo cláusula de teor idêntico ou que reproduza o disposto no regime geral do artigo 781º do Código Civil.

Por último, a sentença esclareceu que o risco das operações de crédito não pode justificar a exigência de juros remuneratórios referentes a prestações vincendas, em caso de vencimento antecipado, porque tais riscos *“são próprios das operações bancárias e parabancárias em geral e do sistema financeiro em que se inserem e actuam e que se minimizam e acautelam, em regra, com vários tipos de garantias”*.

No seguimento da referida fundamentação, o Tribunal entendeu uniformizar a jurisprudência, determinando que *“no contrato de mútuo oneroso liquidável em prestações, o vencimento imediato destas ao abrigo de cláusula de redacção conforme*

*ao artigo 781º do Código Civil não implica a obrigação de pagamento dos juros remuneratórios nelas incorporados*”<sup>125</sup>.

Como já foi oportuno referir, este acórdão de uniformização de jurisprudência foi proferido durante a vigência do Decreto-Lei 359/91 que foi entretanto revogado pela aprovação do Decreto-Lei 133/2009. Neste seguimento, suscitou-se a questão de saber se se mantinham actuais as orientações disciplinadas por aquela jurisprudência face às alterações legislativas entretanto introduzidas em matéria de regulação de crédito ao consumo.

O Decreto-Lei 133/2009, assente na aceção da posição desfavorável que o consumidor assumia, e assume, no âmbito da relação jurídica de consumo, veio reforçar os seus direitos e incrementar a sua tutela no âmbito da contratação de crédito. Não

---

<sup>125</sup> Não obstante, deverá salientar-se que os acórdãos de uniformização de jurisprudência não detêm carácter vinculativo. Neste sentido, e no seguimento da alteração do elenco nas fontes do Direito expressas no art. 2º do Código Civil, *vide* Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 2 de Março de 2010, proferido no âmbito do processo 682/07.2YXLSB.C1 que salienta que “*a expressa revogação do artigo 2º do Código Civil, relativo aos assentos (...), esses sim firmantes de doutrina com força obrigatória geral, constitui um elemento decisivo para afastar a sustentabilidade da obrigatoriedade legal da jurisprudência uniformizadora do Supremo Tribunal de Justiça*”. Assim sendo, estes apenas logram “*(...) de autoridade e força persuasiva suficiente para assegurar, em termos satisfatórios, a desejável unidade da jurisprudência sem ter força vinculativa geral ou interna*”. Não obstante, “*(...) os acórdãos uniformizadores criam uma jurisprudência qualificada, mais persuasiva e, portanto, merecedora de uma maior ponderação, constituem precedentes judiciais qualificados que, emanados do nosso mais alto Tribunal (...) conduzem à observância pelos demais tribunais da doutrina neles fixados*”. No seguimento desta fundamentação conclui que “*(...) as orientações neles definidas criam uniformidade no sentido jurisprudencial de todas as instâncias, sustentam a estabilidade e previsibilidade das decisões e contribuem para a credibilidade do sistema judicial*”

obstante, verifica-se que estas alterações, contudo, não consubstanciaram uma alteração significativa do regime no que concerne às garantias do consumidor na sequência de promoção de vencimento antecipado das prestações vincendas, em caso de incumprimento contratual. Como esclarece o acórdão de 4 de Julho de 2013, do Tribunal da Relação de Lisboa, proferido no âmbito do processo 1916/12, “(...) *não se vê que o Acórdão Uniformizador em causa tenha perdido actualidade com a entrada em vigor do DL n.º 133/2009, já que este não veio alterar, substancialmente, o regime normativo com base no qual aquele Acórdão foi proferido*”, pelo que se conclui que se mantém pertinente a respectiva aplicabilidade.

Neste sentido, mantendo-se na disponibilidade do financiador a possibilidade de reagir ou não ao incumprimento do consumidor, se este optar por accionar a perda de benefício do prazo, exigindo imediatamente o pagamento integral das prestações vincendas, colateralmente, impele à supressão da disponibilização do capital mutuado, fazendo cessar o fundamento essencial que está no cerne da legitimidade de exigibilidade dos juros remuneratórios,

Se, contrariamente, o credor decidir não usar dessa faculdade que a lei lhe atribui, optando por aguardar o cumprimento do devedor e o decurso temporal convencionado de acordo com o programa contratual estabelecido *ab initio*, então a cobrança de juros remuneratórios já será legítima na medida em que se mantém a disponibilidade de capital que deverá ser remunerada nos termos legais.

Assente a associação directa da legitimidade de cobrança de juros remuneratórios com a disponibilidade de capital, poderão suscitar-se dúvidas quanto ao entendimento a adoptar relativamente à sua cobrança na eventualidade de promoção pelo credor do vencimento antecipado das prestações e, não obstante, o devedor não providenciar pela restituição imediata do valor total mutuado, como lhe é exigível. Verificando-se esta circunstância, pelo exposto, entendemos que poderá haver lícita cobrança de juros remuneratórios até ao momento em que o consumidor proceda à restituição a que fica adstrito, fazendo cessar a privação do credor relativamente ao seu capital.

Finalmente, e não obstante a impossibilidade de exigência de juros remuneratórios relativos a prestações vincendas nos termos esclarecidos em epígrafe, o financiador poderá sempre invocar o pagamento de juros moratórios e de eventual indemnização ao consumidor inadimplente.

### **3.3.2. RESOLUÇÃO DO CONTRATO**

Em consequência da verificação de incumprimento contratual do consumidor, susceptível de preencher os requisitos do citado artigo 20º do Decreto-Lei 133/2009, nomeadamente a verificação de incumprimento do consumidor que corresponda à falta de pagamento de pelo menos duas prestações sucessivas, cujo valor conjunto ascenda a 10%

do valor global do crédito, o credor poderá optar por promover a resolução do contrato, nos termos dos artigos 432º e seguintes do Código Civil<sup>126</sup>.

Está em causa a atribuição ao credor de um direito potestativo de resolução legal do contrato, em contraposição com a resolução convencionada<sup>127</sup>, que lhe permite promover licitamente a extinção do contrato, mediante declaração unilateral à contraparte, o consumidor, fundada na verificação de incumprimento do último. Nas palavras de Galvão Telles, “a resolução do contrato supõe que um dos contraentes não executou culposamente o contrato e que o outro o executou ou se prestou a executá-lo”<sup>128</sup>, ou seja, a admissibilidade de exercício deste direito está dependente do cumprimento integral da respectiva obrigação sinalagmática do credor, a concessão efectiva do crédito e consequente disponibilização de capital.

A promoção da resolução do contrato não carece de intervenção judicial para a sua efectivação, bastando a verificação dos respectivos requisitos para que o credor possa, extra-judicialmente, nomeadamente por interpelação ao consumidor, optar por resolver o contrato de crédito ao consumo<sup>129</sup>.

Nos termos do artigo 433º, “na falta de disposição especial, a resolução é equiparada, quanto aos seus efeitos, à nulidade ou anulabilidade do negócio jurídico

---

<sup>126</sup> “O contrato bilateral torna-se resolúvel desde que uma das partes falte culposamente ao seu cumprimento”, cfr. INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, “Direito das Obrigações”, 7ª ed., 2010, p. 454

<sup>127</sup> Cfr. PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, “Código Civil Anotado”, Vol. I, 4ª ed., 2010, p. 409

<sup>128</sup> Cfr. INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, “Direito das Obrigações”, 7ª ed., 2010, p. 459

<sup>129</sup> “A resolução do contrato por inexecução reveste carácter extrajudicial (..) o credor para a obter não tem de recorrer ao tribunal”, Cfr. INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, “Direito das Obrigações”, 7ª ed., 2010, p. 459

(...)”, pelo que deve entender-se que o exercício do direito à resolução contratual tem “efeito retroactivo, devendo ser restituído o que tiver sido prestado (...)”<sup>130</sup>, nos termos do artigo 289º do Código Civil, que regula os efeitos da declaração de nulidade e da anulação. Esta eficácia retroactiva da resolução “importa a destruição do negócio e a consequente restituição de tudo o que as partes houverem recebido”<sup>131</sup>, ficando “(...) desligadas dos seus compromissos como se nunca os tivessem contraído”<sup>132</sup>.

Nestes termos, estando em causa a resolução de um contrato de crédito ao consumo, o credor reponsável pela respectiva promoção fica onerado na restituição ao consumidor de todas as prestações que este haja cumprido, ficando paralelamente o devedor adstrito à devolução do valor total mutuado. Por razões de lógica e de facilitação do processo, esta restituição deverá ser efectuada com recurso ao cálculo de compensação dos valores em causa, descontando-se a diferença do valor referente às prestações cumpridas pelo devedor, ficando este somente impelido à devolução imediata do valor remanescente, de forma a restituir o valor total do crédito, produzindo-se, desta forma, a eficácia *ex tunc*, apagando todos os efeitos do contrato *ab initio*.

Na esteira do artigo 290º do Código Civil, que fixa os termos em que as prestações recebidas devem ser restituídas, esclarece-se, ainda, que “as obrigações recíprocas de restituição (...) devem ser cumpridas simultaneamente, sendo extensivas ao caso, na parte aplicável, as normas relativas à excepção de não cumprimento do contrato”.

---

<sup>130</sup> Código Civil, art. 289º, nº 1

<sup>131</sup> Cfr. PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, “Código Civil Anotado”, Vol. I, 4ª ed., 2010, p. 410

<sup>132</sup> Cfr. INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, “Direito das Obrigações”, 7ª ed., 2010, p. 462

Ainda que formalmente seja indiscutível a legitimidade do credor para accionar a resolução contratual em face do inadimplemento do credor, em termos práticos, será, no mínimo, dúbia a eficácia que esta figura poderá surtir no âmbito da sanção efectiva do incumprimento contratual.

Estando em causa o mútuo de um valor monetário, que deve ser restituído prestacionalmente no decorrer de um determinado lapso temporal, não conseguindo, ou não querendo, o devedor entregar duas parcelas prestacionais sucessivas, previamente acordadas, será duvidoso que consiga, ou pretenda, devolver o montante total do crédito, quando para tal instado. Na eventualidade de verificação desta situação o credor poderá recorrer à resolução extra-judicial de litígios, nos termos do artigo 32º do Decreto-Lei 133/2009, sendo que, se o financiador for uma entidade bancária, poderá accionar um procedimento extrajudicial de regularização de situações de incumprimento (PERSI). Se a resolução extra-judicial não permitir a recuperação do capital, o financiador poderá ainda intentar processo declarativo para obtenção de título executivo nos termos dos artigos 548º e 552º e seguintes do Código de Processo Civil<sup>133</sup>, para posteriormente intentar acção executiva para pagamento de quantia certa contra o devedor, nos termos dos artigos 550º, 703º, número 1, alínea a), 704º e 724º e seguintes, todos do Código de Processo Civil<sup>134</sup>.

---

<sup>133</sup> Lei 41/2013, de 26 de Junho

<sup>134</sup> De realçar que nos termos do Decreto-Lei 329-A/95, de 12 de Dezembro, que estipulava o anterior regime de Processo Civil (o chamado Código de Processo Civil “antigo”), al. c), nº 1 do art. 46º, o documento representativo de uma concessão de crédito ao consumo, o contrato celebrado entre o financiador e o consumidor, enquanto



### 3.3.2.1. JUROS REMUNERATÓRIOS

À semelhança do que sucede com a promoção da prerrogativa de vencimento antecipado das prestações, se o credor optar por resolver o contrato, este deixará de vigorar pelo lapso temporal inicialmente designado no âmbito do quadro contratual convencionado, determinando um encurtamento forçado do período de disponibilização de capital. Nesta medida, pese embora o acórdão uniformizador de jurisprudência não disponha directamente sobre esta eventualidade, por analogia, deve entender-se que a resolução contratual importará, igualmente, a cessação do direito de exigibilidade de juros remuneratórios associados às prestações vincendas no momento em que se verifica a mora do devedor<sup>135</sup>.

Não obstante este entendimento inicial, esclarece o número 2 do artigo 20º do citado Decreto-Lei 133/2009 que a promoção da “(...) *resolução do contrato de crédito pelo credor não obsta a que este possa exigir o pagamento de eventual sanção contratual ou a indemnização, nos termos gerais*”.

---

documento particular constituinte de obrigação pecuniária de montante determinado ou determinável por simples cálculo aritmético, desde que assinado pelo devedor, poderia valer como título executivo, o que permitia ao credor intentar directamente acção executiva nos termos dos artigos 465º e seguintes e 810º e seguintes do mesmo diploma legal

<sup>135</sup> O acórdão uniformizador de jurisprudência proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça em 25 de Março de 2009, no âmbito do processo 1992/08/08, apenas dispõe sobre a promoção de vencimento antecipado das prestações sendo omissa quanto à possibilidade de resolução do contrato. Não obstante, no que respeita aos juros remuneratórios, cuja exigibilidade se encontra associada à disponibilização de capital, sendo que ambas as prerrogativas promovem o encurtamento do prazo contratual convencionado *ab initio* não se vislumbra entraves à adopção de uma interpretação analógica do conteúdo jurisprudencial neste sentido

Por decorrência desta disposição, deve entender-se que é lícito às partes a aposição de cláusula penal no conteúdo contratual que corresponda ao “*montante da indemnização exigível*”<sup>136</sup> caso se verifique uma situação de incumprimento contratual imputável ao devedor. Se as partes convencionarem neste sentido, o credor poderá optar por exigir este valor em lugar da restituição do valor mutuado, independentemente de eventual clivagem que se registre entre ambos os valores<sup>137</sup>.

A mesma disposição refere que, inversamente, o credor poderá optar pela restituição integral do capital mutuado, acrescido de uma indemnização apta a reparar e compensar o financiador pelos danos verificados, decorrentes do incumprimento contratual do devedor<sup>138</sup>. Neste sentido releva atentar no regime da obrigação de indemnização que se encontra previsto e regulado nos artigos 562º e seguintes do Código Civil. Nos termos do artigo 562º o consumidor inadimplente que “ (...) *estiver obrigado a reparar um dano, deve reconstituir a situação que existiria, se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação*”.

---

<sup>136</sup> “As partes podem (...) fixar por acordo o montante da indemnização exigível: é o que se chama cláusula penal”, nos termos do nº 1, do art. 810º do Código Civil

<sup>137</sup> Não obstante, “o credor não pode em caso algum exigir uma indemnização que exceda o valor do prejuízo resultante do incumprimento da obrigação principal”, nos termos do nº 3 do artigo 811º do Código Civil. Se o valor da cláusula penal for excessivo ou caso se verifique o cumprimento parcial da obrigação, os interessados, no caso o consumidor, poderão solicitar ao Tribunal que pugne pela respectiva redução equitativa nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 812º do Código Civil.

<sup>138</sup> “A resolução do contrato não é, em muitos casos, suficiente (.) o autor (...) readquire o objecto da sua obrigação, mas pode ter sofrido prejuízos e é justo que estes lhe sejam indemnizados (...) daí permitir-lhe a lei que cumule a resolução e a indemnização”, cfr. INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, “Direito das Obrigações”, 7ª ed., 2010, p. 463

No caso concreto, o evento que determina a obrigação de reparar é o incumprimento contratual do consumidor, pelo que, precipitadamente, se poderia concluir que a indemnização deveria constituir-se com o intuito de compensar o credor pelo interesse contratual positivo, colocando-o na posição em que estaria se não tivesse havido incumprimento, ou seja, se o contrato houvesse sido pontualmente cumprido. Analisando esta acepção, se a ela aderirmos, não obstante formalmente o credor estar impedido de exigir juros remuneratórios referentes ao valor total do crédito (incluindo as prestações vencidas e vincendas), deverá atentar-se ao disposto no número 1, do artigo 564º que determina que “ *o dever de indemnizar compreende não só o prejuízo causado, como os benefícios que o lesado deixou de obter em consequência da lesão*”. Nesta medida, o credor poderá exigir indemnização, não só pelos danos emergentes, os efectivamente verificados na sua esfera jurídica, como pelos lucros cessantes, que correspondem aos “*benefícios que o lesado deixou de obter por causa do facto ilícito, mas a que ainda não tenha direito à data da lesão*”<sup>139</sup>. Nos termos *supra* expostos, lembramos que, associada à restituição prestacional do valor mutuado convencionada entre as partes surge a obrigação de juros remuneratórios, que constituem a remuneração do credor referente à disponibilização de capital. Neste sentido, é pacífico o reconhecimento do prejuízo que o incumprimento contratual do devedor acarreta para o financiador, que deixa de auferir da sua remuneração, o que consubstancia um lucro cessante indemnizável nos termos gerais. Se aderíssemos a esta acepção, a proibição de cobrança de juros remuneratórios sobre

---

<sup>139</sup> Cfr. ANTUNES VARELA, “Das Obrigações em Geral”, vol. I, 10ª ed., 1969, p. 599

prestações vincendas perderia conteúdo na medida em que o valor a estes correspondente poderia ser alcançado mediante indemnização por lucros cessantes, nos termos da citada previsão.

Não obstante, confrontado com o incumprimento do consumidor, o financiador poderá sempre optar pela manutenção do contrato pelo que preferindo promover a resolução do contrato, não se pode presumir que pretenda, paralelamente, os benefícios associados ao cumprimento contratual integral<sup>140</sup>. Neste sentido, a solução mais adequada parece ser a indemnização do credor pelo interesse contratual negativo, colocando “*o contraente na situação patrimonial que teria (...) se o contrato não houvesse sido celebrado*”<sup>141</sup>. Se o credor promove a resolução do contrato, o que pretende é a restituição da prestação que efectuou e a reposição da situação em que “*estaria se não tivesse sido, sequer, celebrado o contrato a cuja rescisão o remisso deu causa*” e não a situação em que estaria se o devedor tivesse cumprido “*porque o dever de cumprir desapareceu juridicamente no passado, em consequência da retroactividade da rescisão*”<sup>142</sup>. Neste sentido, não obstante não haver lugar à restituição dos juros remuneratórios correspondentes ao período em que o devedor efectivamente cumpriu o plano prestacional e em que o credor esteve privado do capital<sup>143</sup>, não poderá haver

---

<sup>140</sup> Cfr. INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, “Direito das Obrigações”, 7ª ed., 2010, pp. 463-464

<sup>141</sup> Cfr. INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, “Direito das Obrigações”, 7ª ed., 2010, p. 463

<sup>142</sup> Cfr. ANTUNES VARELA, “Direito das obrigações”, 1969, pp. 890-891

<sup>143</sup> Literalmente só essa solução seria susceptível de apagar todos os efeitos da celebração do contrato

cobrança lícita destes sobre as prestações vincendas em caso de promoção da resolução do contrato.

Consubstanciando os juros remuneratórios a retribuição do credor pela disponibilização de capital durante a vigência do contrato de crédito ao consumo, esclarece o Supremo Tribunal Administrativo que estes “(...) *são devidos desde o incumprimento contratual pelo devedor e até ao momento em que, aquele, nos termos contratuais, se faz prevalecer do vencimento imediato do contrato*”<sup>144</sup>. Nesta medida, é lícita a exigência de “(...) *juros remuneratórios incorporados nas prestações que se venceram no período que medeia entre o momento do incumprimento e a actuação do credor ao accionar o mecanismo do vencimento imediato, pois que até aí o devedor continuou a dispor do capital*”. Todavia, no seguimento do que foi esclarecido a respeito da hipótese de promoção do vencimento antecipado das prestações, pode suceder que o credor promova a resolução do contrato, mas o devedor não cumpra a obrigação de restituição imediata do valor mutuado. Verificando-se esta circunstância, na medida em que o devedor continua a dispor do capital, ainda que ilicitamente, e que os juros remuneratórios estão directamente associados a essa disponibilidade, poderá haver cobrança destes até ao momento em que se verifique a integral devolução do capital, fazendo cessar a privação do financiador.

---

<sup>144</sup> Crf. Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Administrativo, em 21 de Abril de 2010, no âmbito do processo 0878/09

## CAPÍTULO IV

### AUTONOMIA PRIVADA E PRINCÍPIO DA LIBERDADE CONTRATUAL

Na presença das determinações da legislação reguladora das relações de consumo, como *supra* se descreveram, mormente para o financiador, na medida e enquanto limitam a liberdade de estipulação de condições contratuais, importa ponderar tal regime na presença do princípio da autonomia privada e da liberdade contratual.

No nosso Ordenamento Jurídico vigora o princípio da autonomia privada que determina que cada indivíduo é em, princípio, livre de constituir, modificar e extinguir as relações jurídicas em que intervém, de acordo com a sua vontade. Ou seja, a “*autonomia da vontade ou autonomia privada consiste no poder reconhecido aos particulares de autorregulamentação dos seus interesses, de autogoverno da sua esfera jurídica*”<sup>145</sup>.

Este princípio manifesta-se especialmente no âmbito da liberdade contratual das partes de celebrar e estipular o conteúdo de contratos. Neste sentido, os contraentes podem fixar o conteúdo contratual a que se vinculam, podendo optar por convencionar um contrato tipo, legalmente previsto, os chamados contratos típicos ou nominados, aos quais podem aditar outras cláusulas, eventualmente conjugando dois ou mais tipos de contrato diferentes formando contratos mistos, ou celebrar contratos atípicos ou inominados, estipulando um regime diverso dos legalmente regulados<sup>146</sup>.

---

<sup>145</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, p. 104

<sup>146</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, pp. 109-110

Não obstante, deve salientar-se que esta liberdade das partes não é total, encontrando-se, ao invés, balizada por algumas limitações legais gerais, com as quais a pretendida fixação das cláusulas deve coadunar-se.

Neste sentido, o objecto do contrato deve, primeiramente, respeitar os ditames constantes no artigo 280º do Código Civil, considerando-se feridos de nulidade os contratos contrários à lei, à ordem pública e aos bons costumes, em consonância com o princípio da legalidade.

Por outro lado, como *supra* referido, os negócios que sejam considerados usurários, que prevejam vantagens ilegítimas e desproporcionais para o financiador, padecerão igualmente de invalidade, sendo anuláveis ao abrigo do artigo 282º também do Código Civil.

No âmbito da contratação, os contraentes devem ainda conformar a sua actuação de acordo com os ditames da boa-fé, nos termos do número 2, do artigo 762º do mesmo diploma legal<sup>147</sup>.

No caso da celebração do contrato de crédito ao consumo em especial, a liberdade de fixação do conteúdo contratual pelas partes está ainda limitada pela sujeição destes contratos às normas especiais que regulam esta relação jurídica de consumo, anteriormente previstas no Decreto-Lei 359/91 e, actualmente, no Decreto-Lei 133/2009, e pelo regime das cláusulas contratuais gerais que regula o conteúdo dos contratos de

---

<sup>147</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, p. 111

adesão, que correspondem à modalidade de formalização mais comum do contrato de crédito ao consumo<sup>148</sup>.

#### **4.1. O REGIME DO DECRETO-LEI 359/91**

No seguimento do *supra* esclarecido, o contrato de crédito ao consumo encontra-se regulado por legislação especial, que se sobrepõe ao regime geral, pelo que interessa perceber se a aplicação destas normas limita, de algum modo, a liberdade contratual das partes.

Neste sentido, cumpre analisar primeiramente o regime anteriormente vigente do Decreto-Lei 359/91. Apreciando o conteúdo desta legislação, constatasse que esta não continha no seu texto qualquer norma expressa que previsse ou regulasse especificamente as consequências de incumprimento da obrigação prestacional do consumidor no âmbito da vinculação a um contrato de crédito ao consumo.

Face a esta omissão, aos contratos celebrados durante a vigência deste dispositivo legal era supletivamente aplicável o regime geral do Código Civil previsto nos artigos 781º e 934º. Como já esclarecemos, o artigo 781º não corresponde a uma “*norma imperativa, pelo que existindo uma qualquer cláusula estipulada num contrato (...) atribuindo outras consequências à mora do devedor será esta a prevalecer, face ao*

---

<sup>148</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, pp. 111-113



*princípio da liberdade contratual consagrado no artº 405º do Código Civil (...)*”, pelo que a sua aplicação nestes casos seria meramente supletiva<sup>149</sup>.

Nestes termos, ao abrigo deste regime, deveria assumir-se que seria lícito aos contraentes convencionarem estipulações em sentido divergente ao disposto no Código Civil, prevalecendo as suas determinações face ao regime geral, ainda que estas acarretassem um desfavorecimento do consumidor<sup>150</sup>. Contudo esta percepção não era pacífica no seio doutrinal e até jurisprudencial sendo que a problemática da prevalência da liberdade contratual das partes assumiu particular relevância no que respeita à questão dos juros remuneratórios e respectiva exigibilidade na sequência de verificação de incumprimento contratual pelo consumidor.

O Supremo Tribunal de Justiça teve oportunidade de se pronunciar por variadas vezes sobre a questão, o que impeliu à necessidade de proferir um acórdão de uniformização de jurisprudência em que o Tribunal determinou que *”no contrato de mútuo oneroso liquidável em prestações, o vencimento imediato destas ao abrigo de*

---

<sup>149</sup> No mesmo sentido o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 9 de Dezembro de 2008, proferido no âmbito do processo 08A2924, explicita que *“existindo cláusula, formada através da vontade das partes ainda que com a anuência da demandada a um contrato de adesão, deve aplicar-se primordialmente à situação essa estipulação (...)*”.

<sup>150</sup> Com posição divergente, FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, pp. 194-195, considerando admissível a convenção em sentido contrário desde que estipulada em benefício do consumidor

*cláusula de redacção conforme ao artigo 781º do Código Civil não implica a obrigação de pagamento dos juros remuneratórios nelas incorporados*”<sup>151</sup>.

Nesta medida, interpretando a *contrario* esta orientação do Tribunal, deveria concluir-se pela admissibilidade da prevalência de estipulações convencionadas pelas partes que dispusessem em sentido substancialmente diverso do regime geral, nomeadamente no respeitante à exigibilidade de juros remuneratórios referentes a prestações vincendas. O texto do referido acórdão reforçou ainda este entendimento afirmando que “*as partes no âmbito da sua liberdade contratual podem convencionar (...) regime diferente do que resulta da mera aplicação do princípio definido no artigo 781.º do Código Civil*”<sup>152</sup>.

Por outro lado, deve realçar-se que sempre se defenderia que esta aceção se retira, aliás, e desde logo, pelo conteúdo do artigo 934º, que deve ser aplicado conjuntamente com o artigo 781º, que se refere concretamente à possibilidade de “*convenção em sentido contrário*” pelas partes..

Como já referimos, o regime dos artigos 781º e 934º é meramente supletivo, logrando aplicabilidade somente caso se verifique a omissão contratual quanto às

---

<sup>151</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça proferido em 25 de Março de 2009, no âmbito do processo 1992/08/08

<sup>152</sup> Igualmente neste sentido, “*(...) quando as partes, no âmbito da sua liberdade contratual, convencionem regime diferente do que resulta da mera aplicação do princípio definido no artigo 781º do Código Civil, deixa a doutrina de tal Acórdão (uniformizador de jurisprudência) de ser susceptível de aplicação ao contrato respectivo (...) sobrelevando o princípio da liberdade contratual e da eficácia dos contratos, cfr. Art.ºs 405º e 406º, do Código Civil*”, cfr. acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 4 de Julho de 2013, proferido no âmbito do processo 1916/12

consequências do incumprimento do devedor do contrato de crédito a prestações ou quando a estipulação contratual convencionada for excluída por alguma razão<sup>153</sup>.

Pelo exposto, não restam dúvidas que as estipulações convencionadas pelas partes, apostas em contratos celebrados durante a vigência do Decreto-Lei 359/91, deveriam prevalecer sobre o regime geral em respeito pelo princípio da liberdade contratual, pelo que seria lícita a introdução no conteúdo contratual de cláusula que determinasse a exigência de juros remuneratórios referentes a prestações vincendas na eventualidade de verificação de incumprimento contratual<sup>154</sup>.

#### **4.1.1. CLÁUSULA CONFORME AO ARTIGO 781º DO CÓDIGO CIVIL**

Ainda no domínio da vigência do Decreto-Lei 359/91, usando da faculdade de estipulação de conteúdo contratual, as partes poderiam convencionar um regime diferente, ainda que próximo do regime geral. Neste sentido, o contrato de crédito poderia prever uma cláusula que determinasse que a falta de pagamento de uma prestação implicaria o vencimento das restantes, no mesmo sentido do disposto no artigo 781º, mas nada referindo quanto à necessidade do quantitativo referente ao incumprimento atingir

---

<sup>153</sup> A exclusão pode verificar-se, a título de exemplo, quando são inseridas cláusulas contratuais gerais em formulários pré-elaborados pelo financiador, sem aposição de assinatura do aderente no final, nos termos do art. 8º, nº 1, al. d), do Decreto-Lei 446/85 e crf. decidido pelo Supremo Tribunal de Justiça em acórdão de 7 Março de 2006, proferido no âmbito do processo 38/06

<sup>154</sup> Vide acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 4 de Julho de 2013, proferido no âmbito do processo 1916/12

determinados patamares de gravidade<sup>155</sup>, como o legislador impõe no artigo 934º, ambos do Código Civil.

No seguimento da posição adoptada pelo Supremo Tribunal de Justiça no âmbito da uniformização jurisprudencial operada, a estas estipulações contratuais de conteúdo equivalente ao artigo 781º do Código Civil, deveriam ser aplicáveis as consequências do regime geral no que concerne ao incumprimento prestacional no âmbito de celebração de contrato de crédito ao consumo a prestações. Por outras palavras, se as partes optassem por introduzir no contrato uma cláusula de conteúdo idêntico ao artigo 781º do Código Civil, o mesmo seria equivalente a não estipular absolutamente nada quanto ao incumprimento prestacional, porquanto as consequências aplicáveis seriam sempre, em qualquer dos casos, as do regime geral do Código Civil, ou seja, o disposto nos artigos 781º e 934º, aplicados conjuntamente.

Nestes termos, o entendimento do Tribunal é passível de suscitar alguma controvérsia, uma vez que mitiga, inegavelmente, o princípio da liberdade contratual das partes, não se vislumbrando justificação para a não prevalência da convenção por estas estipulada no âmbito do conteúdo contratual.

Neste sentido, deve salientar-se, aliás, que a sua aprovação não foi pacífica, esclarecendo o acórdão sobre o entendimento contrário do Juiz Conselheiro Salvador da Costa que apresentou, em declaração de voto vencido, a seguinte proposta para o dispositivo de uniformização: “*Nos contratos de mútuo cujas obrigações sejam pagas em*

---

<sup>155</sup> Ou restantes requisitos enunciados no referido artigo

*prestações, se o credor exigir do devedor o seu pagamento antecipado, nos termos do artigo 781.º do Código Civil, não pode exigir do último o pagamento dos juros remuneratórios originariamente incorporados no montante das prestações objecto de vencimento antecipado”*. Aderimos a este último entendimento veiculado pelo Juiz Conselheiro Salvador da Costa que determina a aplicação do regime geral do Código Civil, que como já referimos é meramente supletivo, somente a situações em que se verifique a omissão de disposição contratual reguladora das consequências de incumprimento prestacional pelo consumidor, sendo, por isso, insusceptível de deturpar a vontade das partes.

Pelo exposto, conclui-se que nos termos do regime anteriormente vigente, regulado pelo Decreto-Lei 359/91, não obstante ser formalmente reconhecida às partes a liberdade de livremente estipularem o conteúdo contratual do crédito ao consumo a que pretendiam vincular-se, materialmente esta autonomia encontrava-se de certa forma mitigada, na medida em que a convenção de uma cláusula com teor coincidente com o do artigo 781º implicaria a sobreposição do regime geral à vontade exprimida contratualmente pelas partes. Designadamente no que concerne à possibilidade de exigência de juros remuneratórios relativos a prestações vincendas em contratos celebrados durante a vigência do Decreto-Lei 359/91, a respectiva admissibilidade estava dependente de uma convenção expressa, mediante a aposição contratual de uma cláusula que previsse um regime de incumprimento substancialmente distinto do constante no regime geral do Código Civil.

Por outro lado, perante o inadimplemento do consumidor, o financiador poderia também optar por resolver o contrato, nos termos do artigo 802º, número 2 do Código Civil, que dispunha que *“tendo a obrigação por fonte um contrato bilateral, o credor, independentemente do direito à indemnização, pode resolver o contrato (...)”*. Nestes termos, tendo em conta que determinámos a prevalência do princípio da autonomia privada em virtude de norma legal que a permitia para o vencimento antecipado de prestações vincendas, sendo esta norma silente quanto a essa possibilidade, por razões de coerência, devemos entender que não será admissível convenção das partes que estipule a exigibilidade de juros remuneratórios relativos ao período vincendo em relação ao incumprimento do devedor no caso de promoção do vínculo contratual.

#### **4.2. O REGIME DO DECRETO-LEI 133/2009**

Em 2 de Junho de 2009, foi aprovado o Decreto-Lei 133/2009 que veio introduzir no nosso Ordenamento Jurídico o novo regime do contrato de crédito ao consumo, revogando o anterior Decreto-Lei 359/91.

Esta legislação especial, contrariamente ao anteriormente verificado, veio prever expressamente as consequências aplicáveis à mora do consumidor no âmbito do contrato de crédito ao consumo, nomeadamente no seu artigo 20º. Neste sentido, o incumprimento *“deix(ou) de estar sujeito ao regime geral do art. 781.º CC (e 934º), na hipótese de perda de benefício de prazo, ou à cláusula resolutiva aposta invariavelmente nos contratos de*

*crédito ao consumo, que determinava como causa da extinção a falta de pagamento de uma só prestação, verificando-se agora uma restrição assinalável no tocante ao seu exercício, para efeito de protecção do consumidor”*<sup>156</sup>.

Analisando o artigo 20º, verifica-se, por um lado, que este não prevê expressamente a admissibilidade de convenção contrária das partes aos respectivos ditames, sendo omissa qualquer referência a esse respeito.

Por outro lado, o artigo 26º do referido Decreto-Lei 133/2009 consagra o carácter imperativo das determinações legislativas contidas no conteúdo de todo o diploma legal, o que determina a impossibilidade de renúncia, exclusão ou restrição dos direitos aí conferidos ao consumidor, sendo nula, nos termos do artigo 286º do Código Civil, qualquer convenção que surja com o intuito de os restringir de qualquer forma<sup>157</sup>.

É perceptível que o legislador considerou a fragilidade do consumidor perante o credor, nomeadamente a sua *capitis diminutio*, determinada pela impossibilidade de obstar à contratação de crédito ao consumo enquanto única forma realisticamente possível de satisfação de determinadas necessidades. Efectivamente, e analisando a conjuntura socio-económica actual, é fácil concluir que para grande parte dos consumidores seria praticamente impossível obter determinados bens, como sejam

---

<sup>156</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Crédito aos Consumidores, anotação ao Decreto-lei nº 133/2009”, 2009, pp. 99-100

<sup>157</sup> De realçar que o anterior regime do Decreto-Lei 359/91 continha uma cláusula correspondente, o art. 18º que dispunha que “*é nula qualquer convenção que exclua ou restrinja os direitos atribuídos ao consumidor pelo presente decreto-lei*”

grandes electrodomésticos ou veículos automóveis, sem recorrer a financiamento. Foi com base na constatação desta inevitabilidade pelos mercados, que se veio a verificar a adopção de práticas contratuais abusivas por parte de alguns financiadores, nomeadamente através da estipulação de cláusulas usurárias, que evidenciavam claramente um aproveitamento da situação de dependência do consumidor.

Neste sentido, e com o intuito de prevenir a exploração injusta desta inevitabilidade, o legislador tem vindo a aumentar a sua intervenção no âmbito da temática do crédito ao consumo, incrementando a tutela do consumidor, assumindo-o como contraente mais desprotegido e consequentemente protegendo-o da sua própria vulnerabilidade no âmbito desta relação contratual, ao ponto de não lhe permitir plena liberdade de estipulação contratual.

Por este motivo, entendemos que a norma do artigo 26º, mais do que impedir o consumidor de aceitar restrições aos direitos que legalmente lhe são conferidos, ainda que pressionado por desespero ou necessidade extrema, colateralmente, impede o credor de, sequer, propor cláusula que os condicione de alguma forma, sendo tal convenção nula nos termos gerais.

Não obstante, para obstar à invalidade do contrato, o consumidor poderá optar por reduzi-lo, expurgando a cláusula nula, nos termos do número 2 do artigo 26º do Decreto-Lei 133/2009 que dispõe que *“o consumidor pode optar pela redução do contrato quando algumas das suas cláusulas for nula nos termos do número anterior”* e de acordo com o artigo 292º do Código Civil que determina que *“a nulidade ou anulação parcial*



*não determina a invalidade de todo o negócio, salvo quando se mostre que este não teria sido concluído sem a parte viciada”.*

Assim sendo, pode concluir-se que actualmente, de acordo com os ditames do Decreto-Lei 133/2009, a liberdade contratual das partes está decididamente condicionada, não lhes sendo lícito propor ou aceitar consequências diversas das legalmente estipuladas, no que concerne ao incumprimento de acordo prestacional convencionado no âmbito de contrato de crédito ao consumo. A única excepção a esta proibição será a possibilidade de estipulação de convenções divergentes do regime especial que visem ampliar os direitos ou garantias conferidos pela legislação ao consumidor<sup>158</sup>.

No que respeita concretamente à questão de juros remuneratórios associados a prestações vincendas, actualmente não remanesce qualquer possibilidade de exigência lícita destes por parte do financiador, nem tão pouco de aceitação pelo consumidor, pelo que a verificação de aposição de cláusula nesse sentido determinará a invalidade do convencionado.

#### **4.3. CONTRATOS DE ADESÃO E CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS**

A revolução industrial, que se veio a traduzir, igualmente, numa revolução comercial, determinou o início de uma época de desenvolvimento crescente do comércio

---

<sup>158</sup> A título de exemplo, será lícita a convenção das partes que determine que a perda de benefício do prazo ou a resolução do contrato fique dependente da falta de pagamento de três ou mais prestações sucessivas, ao contrário das “duas ou mais” previstas na lei.

e serviços, em que se registou um aumento substancial do número de consumidores e operadores económicos bem como uma diversificação das respectivas áreas de actuação<sup>159</sup>.

Esta expansão significativa da procura e oferta impeliu a uma modernização dos mercados, determinando o estabelecimento e desenvolvimento de novas técnicas comerciais que permitissem incutir maior eficiência, celeridade e simplicidade à celebração de contratos e que, paralelamente, possibilitassem uma economia de tempo e redução dos custos associados, de forma a responder adequadamente às crescentes necessidades comerciais dos agentes envolvidos e viabilizar o fenómeno da contratação em massa<sup>160</sup>.

Foi neste contexto que surgiram os chamados contratos de adesão, elaborados mediante o recurso a cláusulas contratuais gerais. Em traços gerais, esta modalidade contratual consubstancia a imposição de cláusulas contratuais previamente elaboradas, com generalidade e indeterminação e de forma unilateral pelo financiador, que são posteriormente apresentadas ao consumidor para que este possa decidir se aceita ou não o clausulado, não lhe sendo permitido, contudo, negociá-lo ou nele introduzir alterações<sup>161</sup>.

---

<sup>159</sup> Cfr. CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, “Contratos I”, 4ª ed., 2008, p. 175

<sup>160</sup> Cfr. CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, “Contratos I”, 4ª ed., 2008, p. 175 e JOÃO CALVÃO DA SILVA, “Direito Bancário”, 2001, p. 350

<sup>161</sup> “São hipóteses em que uma das partes (...) formula prévia e unilateralmente as cláusulas negociais (no comum dos casos, fazendo-as constar de um impresso ou formulário) e a outra parte aceita essas condições, mediante a adesão ao modelo ou impresso que lhe é apresentado, ou rejeita-as não sendo possível modificar o ordenamento negocial apresentado”, cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, pp. 113 e 654

Na esteira de Carlos Ferreira de Almeida, está em causa “(...) *um modo particular de formação de contratos, a obtenção do consenso por adesão*”<sup>162163</sup>.

Nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei 466/85, de 25 de Outubro, disposição legal que regula o regime das cláusulas contratuais gerais, estas correspondem às que são “(...) *elaboradas sem prévia negociação individual, que proponentes ou destinatários indeterminados se limitem, a subscrever ou aceitar(...)*” e às “(...) *inseridas em contratos individualizados, mas cujo conteúdo previamente elaborado o destinatário não pode influenciar*”, ou seja, este regime abrange, não só o fenómeno da contratação massificada, como determinados contratos individualizados.

Assim sendo, os operadores financeiros tendem a desenvolver formulários, constituídos por cláusulas contratuais gerais, com o intuito de possibilitar a aplicação a convenções ulteriores, consubstanciando a respectiva “(...) *utilização geral numa pluralidade ou série de contratos em massa de modo rígido, inflexível, destinados a serem aceites sem negociação individualizada*”<sup>164165</sup>.

---

<sup>162</sup> Cfr. CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, “Contratos I”, 4ª ed., 2008, p. 176

<sup>163</sup> No mesmo sentido, JOÃO CALVÃO DA SILVA, “Direito Bancário”, 2001, p. 352 e CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, p. 654

<sup>164</sup> JOÃO CALVÃO DA SILVA, “Direito Bancário”, 2001, p. 351

<sup>165</sup> Ou seja, “*a iniciativa de elaboração (...) é programada quanto à intenção de inserir tais cláusulas em futuros contratos*”, cfr. CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, “Contratos I”, 4ª ed., 2008, p. 180

Por outro lado, a lei extravasa o fenómeno da contratação em massa e tutela, igualmente, a inclusão destas cláusulas nos contratos individualizados em que não exista liberdade de negociação do conteúdo contratual pelo aderente<sup>166</sup>.

É pacífico que esta padronização contratual, marcada pela indeterminação e rigidez, conduz à imposição de desigualdade entre as partes contratantes o que, não raras vezes, desemboca na verificação de situações abusivas<sup>167</sup>. No que concerne ao contrato de crédito ao consumo em particular, a desvantagem dos consumidores justifica-se, antes de mais, pela “(...) *desproporção de forças e assimetria de conhecimentos, formação e informação em que se encontram (...)*” perante o financiador, acrescida de um desfavorecimento financeiro, o que os impede de conseguir negociar uma convenção justa, equitativa e razoável que colmate as suas necessidades<sup>168</sup>.

Assim sendo, conclui-se que a imposição de contratos de adesão pelo financiador ao consumidor constitui, factualmente, uma “(...) *importante limitação de ordem prática, não de ordem legal ou jurídica, à liberdade de modelação do conteúdo contratual*”, já que ao consumidor apenas é facultada a opção de aderir ou não aderir<sup>169</sup>.

---

<sup>166</sup> JOÃO CALVÃO DA SILVA, “Direito Bancário”, 2001, p. 351

<sup>167</sup> Cfr. CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, “Contratos I”, 4ª ed., 2008, p. 175, este regime conduz à “*supressão ou redução da liberdade de negociação e à inadaptação a interesses particulares, colocando uma das partes em posição de abusar do seu poder negocial e de desequilibrar o balanço contratual a seu favor*”, no mesmo sentido, CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, “Contratos I”, 4ª ed., 2008, pp. 179-181

<sup>168</sup> Cfr. JOÃO CALVÃO DA SILVA, “Direito Bancário”, 2001, p. 350

<sup>169</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, p. 113

Não obstante, há quem defenda que “(...) *teoricamente não há* (...) (verdadeiras) *restrições à liberdade de contratar* (...)”<sup>170</sup> na medida em que se o consumidor não estiver de acordo com as disposições definidas pelo financiador, é livre de rejeitar a proposta contratual na sua totalidade. Constata-se, contudo, que esta liberdade de rejeição apenas se traduz na opção de contratar ou não contratar, pelo que o repúdio das condições impostas implica a impossibilidade de o consumidor satisfazer as suas necessidades de consumo junto de outro contraente, na medida em esta é prática generalizada no seio das entidades que operam na área de concessão de crédito<sup>171</sup>. Nestes termos, ao consumidor é apenas garantida a liberdade de se conformar, podendo resignar-se à aceitação do conteúdo contratual imposto pelo predisponente ou rejeitar o contrato em bloco, não lhe sendo permitido, porém, actuar no âmbito da modelação do conteúdo contratual a que se pretende vincular.

É a consciência desta circunstância, aliada à indiscutível necessidade de aquisição de determinados bens ou serviços de consumo, que impele, na grande maioria das vezes, os consumidores à aceitação de condições contratuais pré-definidas pelo financiador, ainda que estas “(...) *lhe sejam desfavoráveis ou pouco equitativas*”<sup>172</sup>.

No entendimento de Carlos Mota Pinto, os problemas que a contratação estandardizada levanta são essencialmente três: o aumento do risco de desconhecimento

---

<sup>170</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, p. 114

<sup>171</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, p. 114 e FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, p. 135

<sup>172</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, p. 114

pelo consumidor das cláusulas a que se vincula, o favorecimento de imposição pelo predisponente de cláusulas abusivas, e a inadequação e insuficiência do controlo judiciário, que apenas pode actuar a *posteriori*, sob iniciativa processual do lesado, tendo os seus efeitos circunscritos ao caso concreto<sup>173</sup>.

Neste sentido, o legislador, na esteira da tutela do consumidor, decidiu limitar a posição (praticamente) discricionária que os predisponentes impunham aos consumidores nesta modalidade de contratação, mediante a aprovação do Decreto-Lei 446/85, de 25 de Outubro, que aprova o regime das cláusulas contratuais gerais.

Assente nas especificidades desta modalidade de contratação, o preceito legal regulador veio estabelecer que o contraente que impõe cláusulas contratuais gerais à contraparte é investido em particulares responsabilidades, ficando adstrito ao cumprimento de deveres especiais de comunicação prévia e integral das cláusulas que pretende inserir no contrato (artigo 5º), e de informação e clareza (artigo 6º), reforçados pelo princípio da boa-fé com que deve coadunar a sua actuação.

Nesta medida, são excluídas dos contratos singulares as cláusulas contratuais gerais que não cumpram os requisitos em epígrafe, ou seja, “(...) *que não tenham sido comunicadas nos termos do artigo 5.º*” e as “(...) *comunicadas com violação do dever de informação, de molde que não seja de esperar o seu conhecimento efectivo*”, nos termos das alíneas a) e b) do artigo 8º do referido diploma legal.

---

<sup>173</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, pp. 654-656

Nos termos do mesmo artigo, não integram igualmente o contrato “*as cláusulas que, pelo contexto em que surjam, pela epígrafe que as precede ou pela sua apresentação gráfica, passem despercebidas a um contratante normal, colocado na posição do contratante real (...) e as inseridas em formulários, depois da assinatura de algum dos contratantes*”, de acordo com as alíneas c) e d)<sup>174</sup>.

O cenário mais usual na actualidade corresponde à subscrição do formulário de crédito ao consumo no estabelecimento do fornecedor do bem ou prestador do serviço, actuando este como representante do financiador<sup>175</sup>. Nesta medida, deve entender-se que a actuação em representação do financiador implica uma extensão do dever de comunicação e de informação para um terceiro, o credor do bem ou serviço que esteve na origem do financiamento, ficando este adstrito ao cumprimento desses deveres na intervenção com o consumidor<sup>176</sup>.

Estas medidas, ao mesmo tempo que pretendem evitar o desconhecimento do conteúdo contratual pelo consumidor, paralelamente, surtem um efeito dissuasor no predisponente, condicionando-o quanto à imposição de condições abusivas<sup>177</sup>. Não obstante, como já se referiu, mesmo apercebendo-se do carácter inequitativo ou abusivo da proposta contratual, geralmente o consumidor é impelido à aceitação destas condições

---

<sup>174</sup> A título de exemplo *vide* Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 11 de Outubro de 2005, proferido no âmbito do processo 05B2461, onde o Tribunal considerou não inclusas no contrato as condições gerais que não se encontravam subscritas pelos outorgantes no final, determinando, por isso, a não vinculação do mutuário às mesmas

<sup>175</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao consumo”, 2007, p. 138

<sup>176</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao consumo”, 2007, p. 144

<sup>177</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, p. 656

por falta de alternativa viável à satisfação das suas necessidades de consumo imprescindíveis<sup>178</sup>.

No que respeita ao segundo problema, a possibilidade de imposição de cláusulas abusivas, a legislação efectua uma fiscalização directa do conteúdo das cláusulas contratuais gerais mediante a imposição de proibição, absoluta ou relativa, de cláusulas com determinado conteúdo considerado censurável.

Por último, para obstar à ineficácia do controlo judicial, a legislação consagrou a possibilidade de instauração de acção inibitória, nos termos do artigo 25º do Decreto-Lei 446/85. Esta prerrogativa veio permitir que as cláusulas contratuais censuradas pela lei, formalizadas com intuito de utilização futura, possam ser proibidas por decisão judicial, independentemente da sua inclusão efectiva em contratos singulares<sup>179</sup>.

#### **4.3.1. CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS E JUROS REMUNERATÓRIOS**

A liberdade contratual geralmente tem maior expressão nos contratos obrigacionais, como o contrato de crédito ao consumo, na medida em que, ressalvadas as limitações legais, é lícito aos contraentes a convenção dos efeitos obrigacionais que entendam<sup>180</sup>.

Não obstante, actualmente o crédito ao consumo é na generalidade das situações concedido por sociedades de crédito ou instituições financeiras que adoptam como

---

<sup>178</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, p. 656

<sup>179</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, pp. 657-658

<sup>180</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, p. 117



modalidade de formalização de concessão de crédito preferencial a celebração de contratos de adesão constituídos por cláusulas contratuais gerais<sup>181</sup>.

Neste sentido, importa perceber se o predisponente, mediante a aposição dessas cláusulas contratuais gerais, pode impor um regime diverso do legalmente previsto na legislação especial de consumo quanto às consequências do incumprimento do contrato de crédito ao consumo, nomeadamente quanto à exigibilidade de juros remuneratórios referentes a prestações vincendas.

A este respeito importa distinguir o regime anteriormente vigente, do Decreto-Lei 359/91 e o regime actual, regulado pelo Decreto-Lei 133/2009.

Como já referimos, o Decreto-Lei 359/91, no que respeita ao incumprimento prestacional do programa contratual estabelecido no âmbito de contratação de crédito ao consumo, remetia supletivamente para o regime geral do Código Civil, sendo aplicáveis os respectivos artigos 781º e 934º. Assim sendo, recordando o conteúdo do último *“vendida a coisa a prestações, com reserva de propriedade, e feita a sua entrega ao comprador, a falta de pagamento de uma só prestação que não exceda a oitava parte do preço não dá lugar à resolução do contrato, nem sequer, haja ou não reserva de propriedade, importa a perda do benefício do prazo relativamente às prestações seguintes, sem embargo de convenção em contrário”* (sublinhado nosso).

---

<sup>181</sup> Esta prática da padronização contratual verifica-se com frequência na área do direito bancário, estabelecendo-se como intermédio para colmatar as lacunas legislativas que, nesse âmbito, se registam, cfr. JOÃO CALVÃO DA SILVA, “Direito Bancário”, 2001, p. 350

Nesta medida, deve concluir-se que ao abrigo do anterior regime, o princípio de liberdade contratual deveria prevalecer, sendo lícito ao financiador impor a exigência de juros remuneratórios relativamente às prestações vincendas<sup>182</sup>.

Actualmente, contudo, o Decreto-Lei 133/2009 prevê expressamente as consequências do incumprimento contratual, no artigo 20º, não admitindo expressamente a prevalência da liberdade contratual sobre estes ditames. Assim sendo, e assente no carácter imperativo dos direitos conferidos por essa legislação ao consumidor, que ora temos por especial, nos termos do artigo 26º, deve concluir-se que deixou de ser possível a imposição de cláusulas contratuais gerais que imponham a exigibilidade de juros remuneratórios vincendos em face da verificação de incumprimento pelo consumidor.

Pelo exposto se conclui que, actualmente, existe uma dupla limitação à liberdade de estipulação de cláusulas contratuais gerais no âmbito do crédito ao consumo. Por um lado, o devedor encontra-se condicionado à aceitação do clausulado apresentado, não o podendo influenciar; por outro lado, o credor tem de conformar as cláusulas contratuais com o regime do Decreto-Lei 466/85 e Decreto-Lei 133/2009, não lhe sendo permitido

---

<sup>182</sup> A este respeito *vide* acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 4 de Julho de 2013, proferido no âmbito do processo 1916/12, em que Tribunal determinou ser devido ao financiador a totalidade da importância dos juros remuneratórios convencionados *ab initio*, inseridos no custo total do crédito, consequência da aposição da seguinte cláusula contratual geral: “*Em caso de não pagamento de três ou mais prestações sucessivas, o Banco “A” (mutuante) poderá considerar vencidas todas as restantes prestações incluindo nelas os juros remuneratórios (...)*”

dispor livremente sobre determinadas matérias imperativamente fixadas na Lei, como seja a proibição de exigibilidade de juros remuneratórios referentes a prestações vincendas no evento de incumprimento.

#### **4.3.2. CLÁUSULAS AMBÍGUAS NO CONTRATO DE ADESÃO**

Outra questão pertinente que importa analisar remete para a inclusão no contrato de crédito ao consumo de cláusulas com alcance vago, ambíguo ou não concretamente determinável.

A título de exemplo se for convencionada uma cláusula com o seguinte teor “*a falta de pagamento de uma prestação na data do respectivo vencimento implica o vencimento imediato de todas as restantes*”, deverá entender-se que esta possui alcance semelhante ao previsto no regime geral do artigo 781º ou, por outro lado, que determina o pagamento de juros remuneratórios associados às prestações vincendas?<sup>183184</sup>

Perante esta incerteza e ambiguidade, adversa à pretendida clareza jurídica, devemos socorrer-nos dos critérios legais de interpretação para definir o concreto sentido e alcance da cláusula, designadamente os artigos 10º e seguintes do Decreto-Lei 446/85 conjugados com os artigos 236º e seguintes do Código Civil, para os quais o citado artigo 10º remete.

---

<sup>183</sup> Foi exactamente esta a questão suscitada no acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 27 de Novembro de 2008, proferido no âmbito do processo 07B3198.

<sup>184</sup> Deve esclarecer-se que esta questão concreta apenas é pertinente se analisada à luz do Decreto-lei 359/91 que permitia a imposição da liberdade contratual das partes em matéria de exigibilidade de juros remuneratórios

Nos termos do regime geral do Código Civil, designadamente no que respeita à interpretação da declaração, o artigo 236º vem esclarecer que a declaração negocial deve valer com “(...) *o sentido que um declaratório normal, colocado na posição do real declaratório, possa deduzir do comportamento do declarante, salvo se este não puder razoavelmente contar com ele*”<sup>185</sup>, consagrando, assim, a doutrina do destinatário razoável<sup>186</sup>.

Na hipótese apresentada, determinou o tribunal que “*um declaratório normal, colocado na posição do réu, interpretaria tal cláusula no sentido de que a falta de pagamento de uma prestação implicava a perda do benefício do pagamento escalonado do capital emprestado mas não no sentido de que a falta de pagamento de uma mensalidade implicaria o pagamento de todos os juros que nasceriam até ao fim do contrato*”<sup>187</sup>.

Não obstante, se ainda assim subsistirem dúvidas quanto ao alcance concreto da norma, determinadas pela respectiva ambiguidade, deverá prevalecer o sentido mais

---

<sup>185</sup> Art. 236º, nº 1 do Código Civil

<sup>186</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, p. 656

<sup>187</sup> No mesmo sentido, esclareceu o Supremo Tribunal de Justiça, no acórdão uniformizador de jurisprudência proferido em 25 de Março de 2009, no âmbito do processo 1992/08/08 em que estava em causa a apreciação de cláusula contratual semelhante que um “*declaratório normal, colocado na posição do R. e nos termos gerais da teoria da impressão do destinatário, consagrada no artigo 236.º, n.º 1, do Código Civil, a que faz apelo implícito o artigo 10.º da Lei das Cláusulas Contratuais Gerais, não deixaria de entender a cláusula em foco no sentido (...) de que a falta de pagamento de uma prestação, com a inerente perda do benefício do pagamento escalonado no tempo do capital emprestado, não implicaria o pagamento de todos os juros que nasceriam até ao fim da duração prevista do contrato*”

favorável ao aderente, de acordo com o disposto nos termos dos números 1 e 2 do artigo 11º do Decreto-Lei 446/85 que consagra, a regra do *in dubio pro contra stipulatorem*<sup>188</sup>.

Nestes termos, no caso em apreço, o Tribunal decidiu que da aposição de tal cláusula “*não se retira que se tenha pretendido atribuir ao pagamento pela disponibilidade do capital mutuado (aos juros remuneratórios) uma função diversa da que geralmente lhes é conferida*”, pelo que deveria prevalecer o sentido mais favorável ao aderente, ou seja, que a cláusula em questão teria alcance semelhante ao artigo 781º do Código Civil e, portanto, não poderiam ser exigíveis juros remuneratórios correspondentes às prestações vincendas na eventualidade do incumprimento<sup>189</sup>.

---

<sup>188</sup> Cfr. CARLOS MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª ed., 2005, p. 656 e JOÃO CALVÃO DA SILVA, “Direito Bancário”, 2001, p. 352

<sup>189</sup> No mesmo sentido, o acórdão uniformizador de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, proferido em 25 de Março de 2009, no âmbito do processo 1992/08/08, veio reforçar que “*se a cláusula fosse considerada ambígua, sempre prevaleceria o sentido mais favorável ao aderente, nos termos do disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 11.º deste último diploma*”

## **CAPÍTULO V**

### **INCUMPRIMENTO E CUMPRIMENTO ANTECIPADO DO CONTRATO DE CRÉDITO AO CONSUMO**

Esclarecidas as consequências do incumprimento do contrato de crédito ao consumo, será pertinente agora contrapor estes efeitos com os verificados na sequência de promoção da prerrogativa de cumprimento antecipado do contrato pelo consumidor.

Como já vimos, havendo incumprimento do contrato de crédito pelo consumidor, de gravidade que assim o justifique, poderá o financiador, lícitamente, encurtar o período de tempo do empréstimo, provocando o vencimento imediato de todas as prestações vincendas ou resolvendo o vínculo contratual, o que lhe permitirá recuperar imediatamente a totalidade do capital mutuado.

Não obstante, se o credor fizer uso desta faculdade, a limitação do prazo previamente convencionando entre as partes implicará a perda do direito de exigibilidade de juros remuneratórios sobre o valor das prestações ulteriores na medida em que a perda de benefício do prazo faz cessar a disponibilidade de capital, obstando à capitalização do valor referente às prestações vincendas. Ora cessando a privação de capital do credor culmina igualmente o direito a usufruir de remuneração àquela associada.

Nestes termos, e no sentido *supra* esclarecido, se o financiador optar por promover a perda de benefício do prazo do devedor ou a resolução do contrato, terá direito à restituição imediata do seu capital capital acrescido de eventuais juros de mora ou, em

alternativa, ao montante referente a cláusula penal, se esta estiver convencionada no contrato de crédito, mas nunca ao valor dos juros remuneratórios relativos às prestações vincendas.

Por outro lado, não obstante não se verificar uma situação de incumprimento contratual, o devedor pode querer desvincular-se do negócio jurídico que o liga ao financiador fazendo encurtar o prazo da convenção celebrada mediante recurso à possibilidade de cumprir antecipadamente a sua obrigação de restituição de capital.

Neste sentido, importa atentar nas palavras de Fernando de Gravato Moraes, que esclarece que quando é “*celebrado um contrato de crédito ao consumo, pode falar-se de dois interesses de cariz oposto mas coincidentes, (...) o do financiador em manter aplicado o valor mutuado na vigência do contrato, já que assim percebe os juros remuneratórios (e outros encargos) (...)*” e o “*(...) do consumidor em aproveitar o crédito concedido por todo o tempo acordado*”<sup>190</sup>. Assim sendo, constata-se que o prazo contratualmente estipulado é definido e convencionado em benefício e no interesse de ambas as partes<sup>191</sup>.

Não obstante, estando o uso desta prerrogativa exclusivamente na disponibilidade do devedor, este poderá unilateralmente decidir e impor um encurtamento do lapso temporal convencionado para o empréstimo, e conseqüentemente da duração da disponibilização de capital, o que poderá surtir conseqüências na remuneração do crédito,

---

<sup>190</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, pp. 179-180

<sup>191</sup> Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Manual de Direito Bancário”, 2010, p. 626 e FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, p. 180

podendo determinar uma redução do respectivo custo total. Nesta medida, parece claro que o devedor poderá retirar vantagens financeiras da utilização deste instrumento, pelo que importa analisar o respectivo regime e requisitos de admissibilidade.

Actualmente, a concessão de crédito para fins de consumo, na grande maioria dos casos, materializa-se na celebração de contrato de mútuo. O artigo 1147º do Código Civil dispõe que “(...) o mutuário pode antecipar o pagamento, desde que satisfaça os juros por inteiro”<sup>192</sup>, ou seja, desde que ressarça o financiador pelo encurtamento do prazo contratual que lhe é imposto, responsabilizando-se pelo pagamento do custo total do crédito que inclui os juros remuneratórios relativos a prestações vincendas.

Assim sendo, nos termos gerais, não obstante esta figura não se afigurar especialmente vantajosa para o mutuário, para o qual a única vantagem que se vislumbra é a obtenção de um certo “*benefício psicológico*” por realizar o pagamento e desonerar-se da obrigação contratual<sup>193</sup>, para o credor, inversamente, o cumprimento contratual antecipado revela-se altamente favorável aos seus interesses, na medida em que obtém o pagamento do custo total de crédito, ou seja, é remunerado como se a disponibilização de crédito se prolongasse pelo lapso temporal inicialmente contratado, pese embora cessar antecipadamente a privação de capital, o que lhe permite rentabilizar novamente o montante em causa mediante concessão de novo empréstimo.

---

<sup>192</sup> Nos termos do art. 1147º do Código Civil, “*No mútuo oneroso o prazo presume-se estipulado a favor de ambas as partes, mas o mutuário pode antecipar o pagamento, desde que satisfaça os juros por inteiro*”

<sup>193</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, pp. 179-180



Não obstante este regime geral, estando em causa um contrato de crédito ao consumo prevalece, uma vez mais, a aplicação da legislação especial de consumo, dos Decretos-Lei 359/91 e 133/2009, onde se encontram definidos os requisitos de admissibilidade e efeitos da prerrogativa de cumprimento contratual antecipado pelo consumidor.

### **5.1. O REGIME DO DECRETO-LEI 359/91**

O Decreto-Lei 35/91, no número 1 do seu artigo 9º, veio prever expressamente a admissibilidade da figura do cumprimento antecipado do contrato de crédito ao consumo definindo que “*o consumidor tem direito de cumprir antecipadamente, parcial ou totalmente, o contrato de crédito (...)*”.

Atento nesta referência genérica da Lei ao “*contrato de crédito*”, e na ausência de qualquer discriminação, positiva ou negativa, no seu conteúdo, deve entender-se que esta prerrogativa pode ser arrogada pelo consumidor no âmbito de qualquer modalidade de vinculação contratual de formalização de contrato de crédito ao consumo<sup>194195</sup>.

Por outro lado, constata-se que o recurso a esta faculdade não se encontra dependente de qualquer requisito temporal, podendo ser voluntariamente accionada pelo

---

<sup>194</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, p. 181

<sup>195</sup> Vide ponto 1.4. sobre as modalidades de formalização de contrato de crédito ao consumo

consumidor em qualquer momento da vigência do contrato, quer esteja decorrido um mês ou um ano da sua celebração, é indiferente<sup>196</sup>.

A legislação regulativa do contrato de crédito ao consumo distingue entre o cumprimento antecipado total e o parcial, evidenciando as respectivas diferenças no que concerne aos requisitos de admissibilidade.

Se o consumidor pretender antecipar totalmente o cumprimento do contrato liquidando o montante total do crédito remanescente, poderá livremente fazê-lo em qualquer momento sem carência de anuência da contraparte.

Se o devedor, porém, pretender efectuar o cumprimento antecipado parcial do crédito, ou seja, liquidar antecipadamente apenas parte do valor vincendo, esse direito só poderá ser “(...) *exercido uma vez, se as partes não acordarem em sentido diverso de forma expressa no próprio contrato*”<sup>197</sup>. Na base desta disposição vislumbra-se um intento do legislador de obviar a constantação daquelas “(...) *situações em que o consumidor entrega, por várias vezes, ao financiador, pequenas parcelas de dinheiro sem significado no contexto do crédito concedido*”<sup>198</sup>.

Seja total ou parcial, a efectividade da promoção do cumprimento antecipado do contrato efectivado pelo devedor está sempre dependente de comunicação efectuada à

---

<sup>196</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, pp. 181-182

<sup>197</sup> Nos termos do nº 2 do art. 9º, do Decreto-Lei 359/91

<sup>198</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, p. 182

contraparte com uma antecedência mínima de quinze dias, nos termos do número 3 do artigo 9º do citado Decreto-Lei 359/91<sup>199</sup>.

No que respeita às consequências derivadas do cumprimento antecipado verificadas no âmbito do custo total do crédito, importa salientar o disposto na Directiva 87/102/CEE, que esteve na origem do estabelecimento do primeiro regime do contrato de crédito ao consumo no Ordenamento Jurídico português. Nos termos do seu artigo 8º, a legislação europeia esclarecia que os Estados Membros deveriam assegurar “(...) *uma redução equitativa do custo total do crédito*”, não esmiuçando, contudo, o método que deveria ser aplicado na adequação do montante da restituição antecipada do crédito.

A fixação de um modelo de cálculo do valor correspondente à liquidação antecipada do mútuo foi posteriormente estipulada nos termos do número 1, do artigo 9º do Decreto-Lei 359/91, que dispunha que esse valor deveria ser calculado “(...) *com base numa taxa de actualização, que corresponder(ia) a uma percentagem mínima de 90% da taxa de juro em vigor no momento da antecipação para o contrato em causa*”. No mesmo sentido, no número 4 mesmo artigo o legislador dispôs ainda que o “*credor pode(ria) (...) exigir os juros e outros encargos correspondentes a um período convencionado que não exced(esse) a primeira quarta parte do prazo inicialmente previsto, quando o consumidor cumpri(sse) as suas obrigações antes do decurso daquele período*”.

---

<sup>199</sup> De salientar que somente é exigível ao consumidor que comunique ao credor a sua intenção de cumprir antecipadamente, total ou parcialmente, o contrato de crédito ao consumo, não sendo exigível a concordância do financiador para efeitos de admissibilidade

Da análise destas disposições conclui-se que durante a vigência do Decreto-Lei 359/91 o consumidor não obtia vantagem assinalável com o cumprimento antecipado do contrato, não obstante esta legislação especial prever um regime mais favorável para o mutuário que o regime geral do Código Civil. Na prática a antecipação do crédito não isentava o consumidor da obrigação de pagamento da remuneração do crédito associada à disponibilização de capital, a que punha cobro com a sua actuação, traduzindo-se os benefícios auferidos numa *“ligeira vantagem ao consumidor que pretend(ia) cumprir antes do tempo”*<sup>200</sup>, consubstanciada numa redução praticamente irrelevante do custo total do crédito.

## **5.2. O REGIME DO DECRETO-LEI 133/2009**

O Decreto-Lei 133/2009, que prevê e regula o actual regime do contrato de crédito ao consumo, dispõe igualmente sobre a possibilidade do consumidor promover o cumprimento antecipado do negócio jurídico inerente à concessão de crédito.

No seguimento da anterior legislação, este Decreto-Lei, nos termos do número 1 do seu artigo 19º, veio admitir especificamente a possibilidade do consumidor prestar restituição antecipada, parcial ou total, do montante cedido em crédito, estipulando que este *“(…) tem o direito de, a todo o tempo, mediante pré-aviso ao credor, cumprir antecipadamente, parcial ou totalmente, o contrato de crédito (…)*.

---

<sup>200</sup> Cfr. FERNANDO DE GRAVATO MORAIS, “Contratos de Crédito ao Consumo”, 2007, p. 181

Nestes termos, constata-se que esta legislação submete, igualmente, a eficácia do cumprimento antecipado do contrato à verificação de notificação dirigida ao credor informando sobre a intenção de fazer uso desta prerrogativa com uma antecedência mínima de trinta dias, nos termos do número 2 do citado artigo 19º.

No que respeita à questão dos juros remuneratórios, esta legislação veio imprimir uma verdadeira inovação, determinando a exoneração do consumidor relativamente ao pagamento de remuneração das prestações vincendas caso opte por cumprir antecipadamente o contrato de crédito. Nos termos do número 1 do artigo 19º, a iniciativa do devedor de restituir imediatamente o montante total do crédito conferir-lhe-á uma *“(...) redução do custo total do crédito, por via da redução dos juros e dos encargos do período remanescente do contrato”*.

Não obstante, esta aparente gratuidade sofre limitações nos termos do número 3 do referido artigo 19º, que prevê que o consumidor ficará adstrito a garantir ao credor *“(...) uma compensação, justa e objectivamente justificada, pelos custos directamente relacionados com o reembolso antecipado (...)”*. A aludida compensação, nos termos do número 4 do mesmo artigo, traduzir-se-á no pagamento de uma comissão de reembolso antecipado que *“(...) não pode exceder 0,5% do montante do capital reembolsado antecipadamente, se o período decorrido entre o reembolso antecipado e a data estipulada para o termo do contrato de crédito for superior a um ano, não podendo aquela comissão ser superior a 0,25% do montante do crédito reembolsado antecipadamente, se o mencionado período for inferior ou igual a um ano”*.

Em todo o caso o valor concreto desta comissão compensatória nunca poderá ser superior ao montante da dívida originária a que o consumidor se vinculou, ou seja, não *“pode exceder o montante dos juros que o consumidor teria de pagar durante o período decorrido entre o reembolso antecipado e a data estipulada para o termo do período de taxa fixa do contrato de crédito”*, de acordo com o disposto no número 6 do citado artigo 19º do Decreto-Lei 133/2009.

Pelo exposto, conclui-se que, verificando-se a ocorrência de incumprimento contratual imputável ao consumidor e, em sequência, o financiador opte por licitamente promover o encurtamento do período de disponibilização de capital, accionando legitimamente o vencimento da totalidade das prestações ou a resolução contratual, colateralmente, perde o direito à exigibilidade de remuneração, reflectida nos juros remuneratórios, relativa às prestações vincendas, incluídas no custo total do crédito previamente convencionado.

Inversamente, se o consumidor pretender desvincular-se da ligação contratual que o liga ao financiador, antecipando o cumprimento do contrato de crédito ao consumo, será sempre responsável por compensar o credor por esse encurtamento de prazo, seja mediante o liquidação de percentagem de juros remuneratórios relativos às prestações vincendas seja por pagamento de comissão de reembolso antecipado.

Nestes termos, aparentemente a legislação penaliza mais o cumprimento contratual antecipado que o incumprimento da obrigação de restituição do capital, favorecendo o

mutuário relapso em relação ao consumidor que cumpre voluntária e antecipadamente as respectivas obrigações contratuais, podendo descortinar-se a criação de um certo incentivo ao incumprimento contratual.

A este respeito, o Supremo Tribunal de Justiça já teve oportunidade de se pronunciar determinando que são díspares as situações em causa, na medida em que havendo cumprimento antecipado do contrato “*é o mutuário que unilateralmente e antecipadamente, impõe o cumprimento ao mutuante*” e, contrariamente, se se registar um inadimplemento contratual do consumidor “*é o mutuante que toma a iniciativa da exigibilidade antecipada do capital, sendo certo que poderia não utilizar esse expediente, ficando a aguardar o decurso do prazo contratual*”<sup>201</sup>.

É exactamente esta determinação da fonte de onde provém a iniciativa de promover a interrupção do decurso temporal inicialmente convencionado que irá determinar a exigibilidade ou não do valor dos juros remuneratórios associados ao decurso do lapso temporal que medeia a formalização da convenção da concessão de crédito e o término do contrato de crédito.

Se a antecipação da conclusão do contrato for imposta pelo mutuário, o consumidor, forçando o credor a reduzir a duração da disponibilização de capital acordada *ab initio*, mediante promoção do respectivo cumprimento antecipado, é devido o valor referente aos juros remuneratórios (ou comissão de reembolso), ainda que não na totalidade.

---

<sup>201</sup> De acordo com o acórdão de 9 de Dezembro 2008, proferido no âmbito do processo 08A2924, do Supremo Tribunal de Justiça

Se, por outro lado, é o mutuante, o financiador do crédito, quem toma a iniciativa de colocar um termo ao vínculo contratual que está na origem do empréstimo, mediante promoção do vencimento antecipado das prestações vincendas ou de resolução do contrato, perderá o direito a auferir remuneração pelo período vincendo, ou seja, pelos juros remuneratórios associados às prestações vincendas.

Concluindo, o contraente responsável pela promoção da interrupção do lapso temporal previamente convencionado para a duração do contrato de crédito de consumo, sendo certo que poderia sempre optar por não o fazer, sofrerá directamente os prejuízos dessa decisão na sua esfera jurídica, perdendo ou ganhando o direito a auferir ou obstar ao pagamento de juros remuneratórios, conforme o interesse contratual da contaparte do negócio jurídico.



## **CAPÍTULO VI**

### **CONCLUSÃO**

O Decreto-Lei 133/2009, de 2 de Junho, veio introduzir algumas diferenças ao anterior regime do crédito ao consumo regulado pelo Decreto-Lei 359/91. As estipulações do regime mais recente vieram consubstanciar uma interpretação marcadamente divergente relativamente a algumas matérias concretas relacionadas com o consumo e a concessão de crédito, designadamente no que respeita ao regime do inadimplemento contratual do consumidor e respectivas consequências.

Deparando-se com o incumprimento contratual do consumidor, esclarecemos que o financiador pode optar por um de três comportamentos: aguardar o cumprimento do devedor em mora; accionar a perda de benefício do prazo deste em relação às prestações vincendas ou, finalmente, resolver o contrato.

Hoje, para o credor optar pelo vencimento antecipado das prestações, a mora do devedor tem de ostentar, pelo menos, duas prestações sucessivas cujo valor ascenda a 10% do total do crédito concedido. No que respeita à exigibilidade de juros remuneratórios, contrariamente ao que se registava no anterior regime, que admitia a derrogação da proibição supletiva estatuída no Código Civil, como corolário da liberdade contratual, actualmente, o novo regime não admite tal excepção, não sendo, assim, permitido ao financiador a estipulação de juros remuneratórios vincendos no eventual vencimento antecipado das prestações.

À semelhança do que verificamos em relação à possibilidade de promoção da perda de benefício do prazo, também a resolução contratual promovida pelo financiador não encontrava previsão específica no anterior regime, pelo que a sua admissibilidade seguia os termos do número 2 do artigo 802º do Código Civil. O novo regime, ao invés, consagrou as consequências do incumprimento contratual no artigo 20º que não prevê na sua letra a possibilidade de convenção em sentido diverso, pelo que, conjugado com o imperativo do artigo 26º do mesmo diploma, veio afastar a possibilidade das partes convencionarem a exigibilidade de juros remuneratórios relativos a prestações vincendas, desconsiderando o princípio da liberdade contratual.

Neste sentido, actualmente, a liberdade de estipulação das partes está claramente mitigada no que concerne ao contrato de crédito ao consumo e, em particular, à questão da previsão de exigibilidade de juros remuneratórios, apenas sendo lícita a convenção que, a este respeito, vise ampliar as garantias e direitos do consumidor.

Efectivamente, e entendendo os juros remuneratórios como a contrapartida da disponibilização de capital por um determinado lapso temporal, é equitativo que a cessação dessa disponibilidade determine, igualmente, a perda do direito a perceber a remuneração correlativa. No seguimento deste entendimento, defendemos que se o financiador decidir reagir ao inadimplemento do devedor, promovendo o término do vínculo contratual, determinando o vencimento antecipado das prestações vincendas ou, alternativamente, a resolução do contrato de crédito, e, não obstante, o consumidor não disponibilize a restituição imediata do valor total em dívida à data de qualquer daquelas

notificações, deverá ser permitido ao financiador exigir ao consumidor o pagamento de juros remuneratórios que se vençam até ao integral reembolso da quantia em dívida.

Partindo desta aceção, julgamos que seria benéfica uma clarificação legislativa que viesse acolher este entendimento mediante aposição de previsão específica de tutela do financiador para a descrita situação particular pois, no contexto normativo em vigor, procurar interpretar regra defensora do financiador que não se encontre expressamente prevista terá acrescida dificuldade de acolhimento na doutrina e jurisprudência.

Por outro lado, registamos positivamente a alteração legislativa que veio desconsiderar a “vontade das partes” aposta em contrato de adesão, no qual se presume que o consumidor não teve liberdade para negociar o clausulado contratual. Actualmente, o novo regime do Decreto-Lei 133/2009, desvalorizando o princípio da liberdade contratual, em prol da defesa do consumidor enquanto parte desprivilegiada da relação jurídica de consumo, não admite convenção que permita ao financiador obter remuneração do custo total do crédito em caso de incumprimento, determinando o novo regime a nulidade de estipulação que o preveja.

Relativamente à contraposição entre o regime de incumprimento e cumprimento antecipado que apresentámos, concluímos que, pese embora o regime do Decreto-Lei 133/2009 preveja um regime especial mais favorável ao consumidor que pretenda antecipar a restituição do capital mutuado, na prática torna-se mais vantajoso incumprir o contrato de crédito, para beneficiar do respectivo regime, do que cumpri-lo antecipadamente. A vantagem que o consumidor auferir por antecipar a restituição do

valor mutuado é meramente residual, não surtindo qualquer efeito incentivador à sua prática. Assim sendo, e não obstante entendermos que o consumidor deve ser responsável por compensar o financiador pela imposição de uma redução do lapso temporal contratualizado, cremos que os mercados e a cadeia de relação de consumo poderiam beneficiar com o estabelecimento de um maior incentivo ao consumidor que pretenda cumprir antecipadamente, equilibrando, assim, a incompreensível diferenciação quanto às consequências do incumprimento contratual.

Concluimos reconhecendo que, pese embora subsista ainda algum caminho a percorrer, o esforço legislativo empreendido no âmbito das matérias de consumo, e designadamente na área de contratação de crédito ao consumo, veio consubstanciar um aumento da tutela do consumidor enquanto parte da relação jurídica, o que, no nosso entender, se revela benéfico não só para o consumidor em particular, como para os agentes económicos e o comércio em geral.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA, Carlos Ferreira de, "Os Direitos dos Consumidores", Almedina, Coimbra, 1982
- CARVALHO, Jorge Morais, "Manual de Direito do Consumo", Almedina, Coimbra, 2013
- CORDEIRO, António Menezes, "Manual de Direito Bancário", 4ª edição, Almedina, Coimbra, 2010
- DUARTE, Alice, "A Antropologia e o estudo do consumo: revisão crítica das suas relações e possibilidades", Revista Etnográfica, Junho, 2010
- LEITÃO, Luís Menezes, "Direito das obrigações" Volume I, 10ª edição, 10ª ed., Almedina, Coimbra, 2013
- LEITÃO, Luís Menezes, "Direito das Obrigações", Volume III, 9ª edição, Almedina, Coimbra, 2014
- LIMA, Pires de e VARELA, Antunes, "Código Civil Anotado", Volume I, 4ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2010
- LUÍS, Alberto, "O Anatocismo Bancário", Revista da Ordem dos Advogados, ano 61, nº 3
- MARQUES, Cláudia Lima, "Contratos no Código de Defesa do Consumidor – O Novo Regime das Relações Contratuais, 5ª edição, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2006

- MORAIS, Fernando de Gravato, “Contratos de Crédito ao Consumo”, Almedina, Coimbra, 2007
- MORAIS, Fernando de Gravato, “Crédito aos Consumidores – Anotação ao Decreto-Lei nº 133/2009”, Almedina, 2009
- OLIVEIRA, Fernando Baptista de, ”O Conceito de Consumidor – Perspectivas Nacional e Comunitária”, Almedina, Coimbra, 2009
- PINTO, Carlos Mota, “Teoria Geral do Direito Civil”, 4ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2005
- REIS, Raquel Tavares dos, “O contrato de locação financeira no direito português: elementos essenciais”, Gestão e Desenvolvimento, Universidade Católica Portuguesa, 2002
- SILVA, João Calvão da, “Direito Bancário”, Almedina, Coimbra, 2001
- SOUSA, Marcelo Rebelo de e GALVÃO, Sofia, “Introdução ao estudo do direito”, 3ª edição, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994
- TELLES, Inocêncio Galvão, “Direito das Obrigações”, 7ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1997
- VARELA, João Antunes, “Direito das obrigações”, Almedina, Coimbra, 1969

## **JURISPRUDÊNCIA**

### SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Acórdão de 18 de Maio de 1995, processo 86742, Relator Costa Marques, (disponível em [www.jusnet.wolterskluwer.pt](http://www.jusnet.wolterskluwer.pt) – referência 4243/1995)
- Acórdão de 22 de Fevereiro de 2005, processo 3747/04, Relator David Pinto Monteiro, (disponível em [www.jusnet.wolterskluwer.pt](http://www.jusnet.wolterskluwer.pt) – referência 1135/2005)
- Acórdão 19 de Abril de 2005, processo 05A493, Relator Eduardo Jorge de Faria Antunes (disponível em [www.jusnet.wolterskluwer.pt](http://www.jusnet.wolterskluwer.pt) – referência 2323/2005)
- Acórdão de 22 de Junho de 2005, Revista nº 1618/05 - 7ª Secção, Relator Oliveira Barros (disponível na biblioteca do Supremo Tribunal de Justiça)
- Acórdão de 11 de Outubro de 2005, processo 05B2461, Relator Manuel José Boavida Oliveira Barros (disponível em [www.jusnet.wolterskluwer.pt](http://www.jusnet.wolterskluwer.pt) – referência 5225/2005)
- Acórdão de 7 Março de 2006, processo 38/06, Relator João Moreira Camilo (disponível em [www.jusnet.wolterskluwer.pt](http://www.jusnet.wolterskluwer.pt) – referência 1815/2006)
- Acórdão de 14 de Novembro de 2006, processo 06B2911, Relator Carlos Alberto de Andrade Bettencourt de Faria (disponível em [www.jusnet.wolterskluwer.pt](http://www.jusnet.wolterskluwer.pt) – referência 6149/2006)

- Acórdão de 6 de Fevereiro de 2007, processo 06A4524, Relator António Alberto Moreira Alves Velho (disponível em [www.jusnet.wolterskluwer.pt](http://www.jusnet.wolterskluwer.pt) – referência 169/2007)
- Acórdão de 27 de Novembro de 2008, processo 07B3198, Relator Maria dos Prazeres Couceiro Pizarro Beleza (disponível em [www.jusnet.wolterskluwer.pt](http://www.jusnet.wolterskluwer.pt) – referência 6364/2008)
- Acórdão de 9 de Dezembro de 2008, processo 08A2924, Relator Ernesto António Garcia Calejo (disponível em [www.jusnet.wolterskluwer.pt](http://www.jusnet.wolterskluwer.pt) – referência 6394/2008)
- Acórdão de 25 de Março de 2009, processo 1992/08/08, Relatores: António José Cortez Cardoso de Albuquerque; António José Cortez Cardoso de Albuquerque (disponível em [www.jusnet.wolterskluwer.pt](http://www.jusnet.wolterskluwer.pt) – referência 2109/2009)

#### SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

- Acórdão de 21 de Abril de 2010, processo 0878/09, Relator ALFREDO MADUREIRA (disponível em [www.jusnet.wolterskluwer.pt](http://www.jusnet.wolterskluwer.pt) – referência 2139/2010)

#### TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA

- Acórdão de 2 de Março de 2010, processo 682/07, Relator Cecília Agante (disponível em [www.jusnet.wolterskluwer.pt](http://www.jusnet.wolterskluwer.pt) – referência 1080/2010)



### TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

- Acórdão de 15 de Dezembro de 2005, processo 11687/2005-6, Relator Carlos Fernando Lopes Valverde (disponível em [www.jusnet.wolterskluwer.pt](http://www.jusnet.wolterskluwer.pt) – referência 7536/2005)
- Acórdão de 17 de Janeiro de 2008, recurso 9932/07-2, Relatores: Nelson Paulo Martins de Borges Carneiro, Ana Paula Lopes Martins Boularot (disponível na biblioteca do Tribunal da Relação de Lisboa)
- Acórdão de 4 de Julho de 2013, processo 1916/12, Relator Ezagüy Martins (disponível em [www.jusnet.wolterskluwer.pt](http://www.jusnet.wolterskluwer.pt) – referência 3849/2013)

### **LEGISLAÇÃO**

#### INTERNACIONAL

- Lei n.º 15/03, de 22 de Julho (Angola)
- Ley 24.240, de Defensa del Consumidor (Argentina)
- Código de Defesa do Consumidor (Brasil)

#### EUROPEIA

- Directiva 87/102/CEE, de 22 de Dezembro de 1986

- Directiva 90/88/CEE, de 22 de Fevereiro de 1990
- Directiva 2008/48/CE, de 23 de Abril de 2008

#### NACIONAL

- Constituição da República Portuguesa
- Lei 24/96, de 31 de Julho (Lei de Defesa do Consumidor)
- Lei 41/2013, de 26 de Junho (Código de Processo Civil)
- Decreto-Lei 47344/66, de 25 de Novembro (Código Civil)
- Decreto-Lei 344/78, de 17 de Novembro (Regime dos critérios de classificação de prazos de vencimento de créditos bancários)
- Decreto-Lei 466/85, de 25 de Outubro (Regime Jurídico das cláusulas contratuais gerais)
- Decreto-Lei 359/91, de 21 de Setembro (Crédito ao Consumo)
- Decreto-Lei 298/92, de 31 de Dezembro (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras)
- Decreto-Lei 149/95, de 14 de Junho (Regime Jurídico da Locação Financeira)
- Decreto-Lei 166/95, de 15 de Julho (Regime jurídico da emissão e gestão de cartões de crédito)

- Decreto-Lei 329-A/95, de 12 de Dezembro (Código Processual Civil - revogado)
- Decreto-Lei 133/2009, de 2 de Junho (Crédito ao Consumo-actual)
- Decreto-Lei 58/2013, de 8 de Maio – (Regime da classificação e contagem do prazo das operações de crédito, aos juros remuneratórios, à capitalização de juros e à mora do devedor)

#### AVISOS DO BANCO DE PORTUGAL

- Aviso nº 3/93, de 20 de Maio
- Aviso nº 11/2001, de 20 de Novembro

## ÍNDICE

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Introdução .....</b>   | <b>12</b> |
| <br><b>Capítulo I - Contrato de crédito ao consumo.....</b>                                     | <b>16</b> |
| 1.1. Direito do consumo .....   | 16        |
| 1.2. Primórdios da regulamentação do crédito ao consumo.....                                    | 17        |
| 1.3. Conceito de Consumidor .....   | 20        |
| 1.3.1. Elemento subjectivo .....  | 21        |
| 1.3.2. Elemento objectivo.....  | 22        |
| 1.3.3. Elemento teleológico.....  | 23        |
| 1.3.4. Elemento relacional.....   | 25        |
| 1.4. Conceito de contrato de crédito ao consumo.....  | 26        |
| 1.4.1. Diferimento de pagamento .....   | 28        |
| 1.4.2. Mútuo .....  | 30        |
| 1.4.3. Contratos relativos à utilização de cartão de crédito.....                               | 37        |
| 1.4.4. Qualquer outro acordo de financiamento semelhante .....                                  | 38        |
| 1.5. Coligação dos contratos.....   | 41        |
| 1.6. Forma.....   | 43        |
| <br><b>Capítulo II – Remuneração do contrato de crédito ao consumo .....</b>                    | <b>44</b> |
| 2.1. Juros .....  | 44        |
| 2.2. Fixação de taxas de juro .....   | 48        |
| 2.3. Anatocismo.....  | 49        |
| 2.3.1. Anatocismo e instituições de crédito e sociedades financeiras .....                      | 51        |
| <br><b>Capítulo III – Incumprimento do contrato de crédito ao consumo pelo consumidor .....</b> | <b>57</b> |

|  |            |
|--|------------|
| 3.1. O regime do Decreto-Lei 359/91, de 21 de Setembro .....   | 59         |
| 3.2. O novo regime do crédito ao consumo, Decreto-Lei 133/2009, de 2 de Junho.....                     | 63         |
| 3.3. Consequências do incumprimento do contrato de crédito ao consumo pelo<br>consumidor .....         | 66         |
| 3.3.1. Perda de benefício do prazo do devedor.....   | 67         |
| 3.3.1.1. Juros remuneratórios .....  | 68         |
| 3.3.1.2. Acórdão de Uniformização de Jurisprudência .....  | 72         |
| 3.3.2. Resolução do contrato .....   | 77         |
| 3.3.2.1. Juros remuneratórios .....  | 81         |
| <b>Capítulo IV – Autonomia privada e princípio da liberdade contratual.....</b>                        | <b>86</b>  |
| 4.1. O regime do Decreto-Lei 359/91 .....  | 88         |
| 4.1.1. Cláusula conforme ao artigo 781º do Código Civil.....   | 91         |
| 4.2 O regime do Decreto-Lei 133/2009 .....   | 94         |
| 4.3. Contratos de adesão e cláusulas contratuais gerais .....  | 97         |
| 4.3.1. Cláusulas contratuais gerais e juros remuneratórios.....  | 104        |
| 4.3.2. Cláusulas ambíguas no contrato de adesão.....   | 107        |
| <b>Capítulo V – Incumprimento e Cumprimento antecipado do Contrato de Crédito ao<br/>Consumo .....</b> | <b>110</b> |
| 5.1. O regime do Decreto-Lei 359/91 .....  | 113        |
| 5.2. O regime do Decreto-Lei 133/2009 .....  | 116        |
| <b>Capítulo VI - Conclusão.....</b>  | <b>121</b> |
| Bibliografia.....  | 125        |
| Índice .....   | 132        |